



CADERNOS PARA DEBATE

n. 3 • Ano 2021

# O SISTEMA ALIMENTAR EM TEMPOS DE COVID-19: ENSINAMENTOS PARA O FUTURO

JAN DOUWE VAN DER PLOEG

  
**AGRICULTURAS**  
EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA



# AGRICULTURAS

EXPERIÊNCIAS EM AGROECOLOGIA

ISSN: 1807-491X

Revista *Agriculturas*: experiências em agroecologia é um projeto editorial da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia



Rua das Palmeiras, n.º 90 • Botafogo • Rio de Janeiro • RJ • Brasil  
CEP: 22270-070 • Telefone: 55(21) 2253-8317 Fax: 55(21)2233-8363  
E-mail: revista@aspta.org.br • www.aspta.org.br

## EQUIPE EXECUTIVA

**Editor** – Paulo Petersen

**Produção Executiva** – Adriana Galvão Freire

**Tradução** – Rosa L. Peralta

**Revisão da tradução** – Bruno Prado e Paulo Petersen

**Fotos de capa e internas** – Edson Possidônio/AS-PTA

**Projeto gráfico e diagramação** – IG+ Comunicação Integrada

**Comitê Editorial da AS-PTA** – Adriana Galvão Freire, Luiza Damigo, Mariana Portilho, Bruno Prado, Sívio Gomes de Almeida e Paulo Petersen

Texto originalmente publicado em agosto de 2020, no *Journal of Peasant Studies* (V. 47, No 5), com o título “From biomedical to politico-economic crisis: the food system in times of Covid-19”. A AS-PTA agradece a cessão de direitos para a reprodução e divulgação da obra em português.

Esta publicação foi produzida pela AS-PTA. Seu conteúdo não reflete necessariamente a opinião de organizações parceiras e apoiadoras.

A série Cadernos para Debate está sendo lançada e divulgada em parceria com o site Outras Palavras.

OUTRAS PALAVRAS

# Apresentação

A pandemia da Covid-19 evidenciou três faces perversas e interdependentes do capitalismo neoliberal: a globalização da insegurança econômica, da vulnerabilidade social e dos agravos à saúde coletiva. Em outras palavras, explicitou a baixa resiliência de um sistema global de governança econômica fundamentado no livre fluxo planetário de finanças em benefício de um pequeno e cada vez mais reduzido número de corporações transnacionais. A partir de março de 2020, com a oficialização da pandemia pela Organização Mundial de Saúde, a crise sanitária desencadeou crises sucessivas de natureza econômica e social mundo afora.

As expressões desse efeito dominó foram particularmente visíveis nos sistemas alimentares. É disso que trata esta publicação. Elaborado no calor dos acontecimentos, o texto de Jan Douwe van der Ploeg revela com dados conjunturais a incapacidade estrutural de um sistema governado por interesses corporativos de se autorregular a fim de proteger os interesses coletivos mais elementares, como o de assegurar o direito humano à alimentação e, por consequência, à saúde.

A relação direta entre o sistema alimentar globalizado e a deterioração da saúde coletiva havia sido analisada pouco antes do início da pandemia, em 2019, por uma comissão científica organizada pela prestigiosa revista médica *The Lancet*. Segundo o relatório apresentado pela comissão, ao uniformizar os padrões de produção e consumo alimentar, a globalização é responsável por três fenômenos cuja interação sinérgica intensifica seus impactos sobre a saúde em todo o mundo: a obesidade, a desnutrição e as mudanças climáticas. Tal círculo vicioso regressivo foi identificado como uma *sindemia global*. Segundo a comissão, a raiz dessa interação mutuamente agravante entre a saúde humana e a saúde planetária é inequívoca: de um lado, a produção agropecuária realizada em grandes escalas, baseada no uso intensivo de fatores artificiais, como agroquímicos, hormônios e antibióticos; de outro, o consumo de alimentos ultraprocessados; para sustentar energeticamente essa cadeia de irracionalidade ecológica e sanitária, o uso intensivo de combustíveis fósseis.

Como bem identificou Boaventura Sousa Santos, há uma *cruel pedagogia do vírus* a alertar que a normalidade imobilizante do *status quo* neoliberal nos conduzirá irremediavelmente à anomia social. Nesse sentido, a pandemia do coronavírus deve ser assimilada como um exame surpresa para testar a capacidade de nossa geração de construir respostas efetivas à crise estrutural gerada pelo regime agroalimentar neoliberal. Aprender com essa dolorosa vivência coletiva em escala global, bem como com as respostas adaptativas ativamente construídas em escalas locais pela sociedade civil, com ou sem apoio dos Estados, é condição para que sejam aglutinadas forças sociais capazes de superar a necropolítica imposta pelos impérios alimentares através de governos neoliberais.

Os caminhos para essa superação não estão sinalizados. Para serem trilhados, além de mobilização social, exigirão criatividade política. Após diagnosticar as raízes da crise, o texto de Ploeg apresenta pistas a serem seguidas. Como peças de um quebra-cabeças, essas pistas precisam ser combinadas coerentemente com o princípio político da soberania alimentar, o que necessariamente implica o estabelecimento de novas relações entre os Estados, movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

**Paulo Petersen**

Coordenador-Executivo da AS-PTA



# O sistema alimentar em tempos de Covid-19: ensinamentos para o futuro

Jan Douwe van der Ploeg<sup>1</sup>

5

## Introdução

O surgimento e a subsequente propagação global da doença da Covid-19 desencadearam uma crise político-econômica sem precedentes. Uma crise que provavelmente persistirá por muito mais tempo do que os riscos sanitários atuais. A Covid-19 revelou, de forma implacável, algumas das principais fragilidades das economias capitalistas tardias. Isso se aplica especialmente aos padrões hegemônicos de produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos. Estes estão cada vez mais desordenados e há sinais preocupantes de que uma crise de fome está se configurando a pleno vapor<sup>2</sup>. Embora ainda haja muitas incertezas sobre como essa crise multifacetada evoluirá, este texto examina como a crise sanitária começa a desestabilizar o sistema alimentar global, uma situação que pode se agravar. O artigo não se aprofunda nas discussões sobre as origens e as causas da pandemia da Covid-19 (para uma síntese bem fundamentada, consulte IPES, 2020). Limita-se estritamente a analisar a transmissão desse fenômeno sanitário para a economia como um todo, considerando três âmbitos inter-relacionados: o Estado-nação, as cadeias alimentares e a produção agrícola.

O texto se inicia examinando o âmbito dos Estados-nação. Aqui observamos uma diversidade intrigante, não apenas em termos do impacto da tragédia da Covid-19 e na maneira como ela se desdobrou em seus primeiros meses, mas também na grande diversidade de formas com que ela interferiu na esfera político-econômica. O segundo âmbito de análise está relacionado à organização de *cadeias alimentares*. Aqui, a Covid-19 serviu como um grande holofote que expôs de maneira implacável as principais fragilidades dessas cadeias. Avalio que uma análise desses pontos fracos nos permite desenvolver novas compreensões sobre o capital e o capitalismo. A análise ressalta como nos dias de hoje o capital atua na economia global como uma força desativadora e não como uma força produtiva. O terceiro âmbito analítico enfoca a produção primária. Nesse caso, dá-se especial atenção aos estilos contrastantes de agricultura, notadamente entre os estilos camponês e empresarial<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Faculdade de Humanidades e Estudos de Desenvolvimento, Universidade Agrícola da China, Pequim. Departamento de Sociologia Rural, Universidade de Wageningen, Holanda.

<sup>2</sup> Uma série de fontes foi utilizada para reunir notícias atualizadas sobre o desdobramento da crise. Foodlog.nl oferece faz um apanhado diário dos comunicados de imprensa mais relevantes (incluindo jornais internacionais). A Via Campesina também disponibiliza materiais muito úteis por meio de seu boletim eletrônico (via-info-en@viacampesina.org), notícias e o #StayHomeButNotSilent. Os dados foram usados apenas se encontrados pelo menos em duas fontes diferentes e confiáveis.

<sup>3</sup> Os três âmbitos estão intimamente interligados. Grosso modo, a hegemonia dos impérios alimentares gera muitos desequilíbrios no interior dos Estados-nação e entre estes. Ao mesmo tempo, o funcionamento dos impérios alimentares intensifica a “tesoura de preços” (aumento dos custos de produção e queda no preço dos produtos) sobre a agricultura, levando os agricultores ao endividamento.

A análise prossegue com um exame do suposto *retorno ao normal*. Argumenta que um eventual *restart* será muito provavelmente comprometido pelos mesmos mecanismos que converteram a crise sanitária em uma crise político-econômica generalizada no sistema alimentar.

Por fim, o artigo traça os contornos das alternativas tão necessárias neste momento. Inclui uma síntese das principais contradições que provavelmente caracterizarão o período pós-Covid-19. Soberania alimentar, agricultura camponesa, mercados territoriais e Agroecologia são os principais componentes dessas alternativas. Esses componentes foram desenvolvidos ao longo de muitos anos em meio às múltiplas lutas contra o regime alimentar dominante (AKRAM LODI, 2015; ROSSET; ALTIERI, 2017) e agora se mostram mais pertinentes do que nunca. Ao mesmo tempo, teremos que lidar com muitas incertezas e será preciso explorar uma ampla gama de novas questões.

6

A narrativa hegemônica atual é marcada pelas interpretações simplistas. A pandemia da Covid-19 impôs o confinamento de parcelas consideráveis da sociedade (começando com o fechamento de restaurantes e escolas e depois de outras atividades). Essas restrições desaceleraram a economia, geram desemprego e miséria, exigem o máximo de resistência das pessoas e levam ao aumento sem precedentes dos gastos públicos destinados a mitigar essa miséria (pelo menos parte dela). Uma vez que o vírus esteja sob controle, a economia irá supostamente retornar a sua rotina e ao ritmo normal. A sequência lógica que liga o vírus ao *lockdown* e em seguida à crise econômica é a espinha dorsal dessa narrativa hegemônica. Em contraponto a essa narrativa, indicarei que a desativação da economia tem origem especificamente na forma como a financeirização subordina a economia real. A especificidade da atual crise da Covid-19 vem à tona quando comparamos a atual pandemia com a gripe espanhola que assolou o mundo em 1918. Do ponto de vista sanitário, a gripe espanhola foi muito mais mortal do que a Covid-19. Seu impacto político-econômico, porém, foi muito menor. Garrett observa que “a sociedade como um todo se recuperou da gripe de 1918 rapidamente” (2007, p. 22). Ele fornece dados que mostram que a redução do Produto Nacional Bruto após os surtos de gripe espanhola foi muito inferior às projeções atuais ligadas à Covid-19. Garrett cita Crosby que concluiu que a gripe mortal daquela época “tinha [uma] influência permanente não sobre as coletividades, mas sobre os átomos da sociedade humana - os indivíduos” (CROSBY, 2003, p. 323). Agora se passa o contrário.

Existem, é claro, interações altamente complexas entre os as medidas de isolamento social, a economia financeira e a economia real. Mas o papel exercido pela economia financeira definitivamente não pode ser deixado de fora da análise. Ela não é capaz de lidar com elementos inesperados e potencialmente ameaçadores. Podemos constatar isso pelas abruptas quedas nos preços das ações após os estágios iniciais da paralisação geral das atividades. Por outro lado, houve um aumento radical nos preços das ações logo que os primeiros parcos sinais de otimismo começaram a emergir. Quando há incertezas, o capital financeiro se retira, deixando a economia real em uma crise muito mais profunda do que a que poderíamos associar apenas ao vírus da Covid-19. Mais adiante ilustrarei esse aspecto com uma discussão crítica acerca do regime alimentar dominante e da maneira como ele atualmente desencadeia uma série de efeitos paralisantes ao longo dos circuitos que ligam a produção ao consumo de alimentos.

## O âmbito dos Estados-nação

Há uma série de fenômenos assustadores que surgem com a atual crise da Covid-19. Estes vão desde a fome generalizada e crescente, levando em alguns casos a *motins alimentares*, à escassez de partes da produção agrícola que são repentinamente convertidas em *excedentes* que apodrecem nos campos, ao mesmo tempo em que um excessivo contingente de animais fica aguardando o abate. A renda dos agricultores está caindo, e suas perspectivas são sombrias, enquanto centenas de milhares de trabalhadores migrantes rurais estão em níveis de desespero ainda mais críticos do que em situações supostamente consideradas *normais* (CORRADO; DE CASTRO; PERROTTA 2017). Abatedouros em todo os Estados Unidos (e também alguns no Reino Unido e no Canadá) fecharam<sup>4</sup>, e cadeias de varejo consideraram o racionamento de carne. A

<sup>4</sup> Os altos níveis de contaminação dos trabalhadores de abatedouros com Covid-19 são usados, pelo menos em parte, como uma desculpa para seu fechamento. No entanto, isso não explica tudo. Desde que a China suspendeu as importações de carne de porco, os preços do mercado mundial despencaram. Na Itália, os abatedouros enfrentam grandes problemas econômicos, pois os restaurantes foram fechados e as vendas de *fast food* foram drasticamente reduzidas. Esses efeitos também vão no sentido reverso da cadeia alimentar, fazendo-se sentir nas empresas agrícolas individuais, o que faz com que criadores de gado não consigam vender seus animais em lugar nenhum.

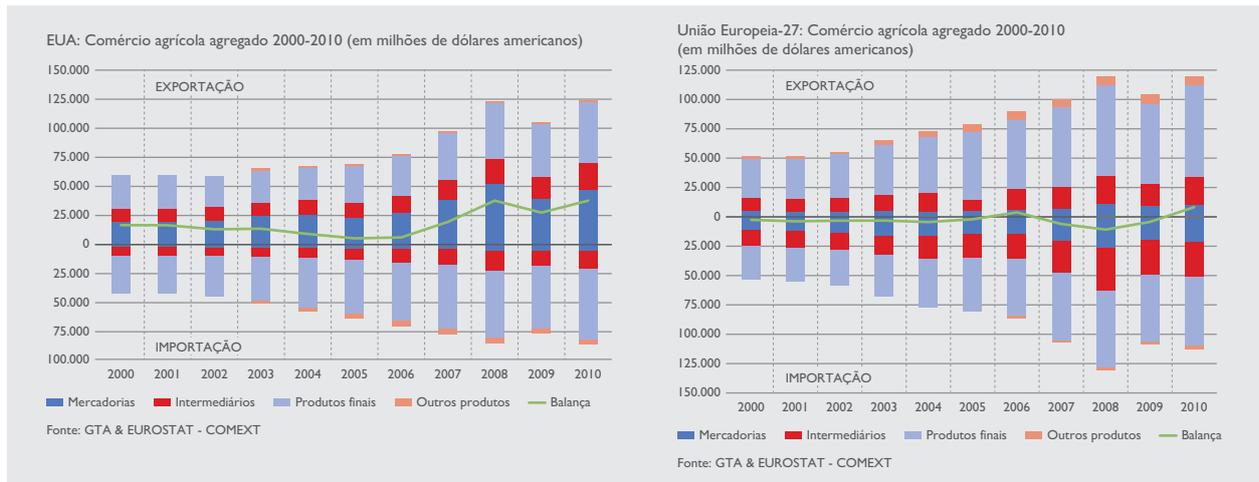
Vion NL, a grande indústria de processamento de carne na Holanda, vivenciou uma redução considerável no valor de suas ações devido à queda de 40% em suas vendas, que normalmente iriam para restaurantes, serviços de fornecimento de refeições preparadas (catering) e gigantes do processamento de alimentos, como a Unilever. Para essas indústrias de alimentos, o fluxo de capital foi suspenso, pelo menos em parte. A empresa “Food Service Institute Nederland” indicou que o “setor de fornecimento de refeições” foi mais afetado (com expectativa de perda de até 7,1 bilhões de euros em 2020) do que qualquer outro setor econômico, enquanto o banco holandês RABO prevê quedas gerais de preços de até 30% no setor de produtos agrícolas.

No entanto, é importante nesse aspecto observar que a desordem gerada não incide da mesma maneira quando comparamos os países importadores com os exportadores de alimentos. Durante a inflação dos preços dos alimentos no período 2007-2008, a escassez de alimentos e os *motins alimentares* associados ocorreram principalmente em países importadores de alimentos no Sul Global, o que contribuiu para desencadear a ‘Primavera Árabe’. Desta vez, porém, a turbulência é global, embora a forma como se expressa possa variar de lugar para lugar. Os países pobres e importadores de alimentos novamente enfrentam situações dramáticas. Já os países ricos e exportadores de alimentos também enfrentam escassez de alimentos específicos, perda de mercados e de excedentes, quedas repentinas na renda dos agricultores, fechamento de unidades de processamento, compulsão por estocar comida e a necessidade de o Estado intervir com bilhões de dólares ou euros para evitar a total paralisia do setor.

Essa globalização de rupturas, fricções e desequilíbrios está relacionada à tendência em quase todos os países do mundo de crescimento simultâneo tanto das importações quanto das exportações de alimentos nas últimas décadas. Dessa forma, *países importadores ou exportadores de alimentos* tornaram-se categorias sem sentido. Um país como o Peru é extremamente dependente da importação de alimentos. No entanto, é ao mesmo tempo um grande exportador agroalimentar. A Holanda é um grande exportador de alimentos. No entanto, também depende de importações de outros países para muitos produtos alimentares (grãos para a produção de pão, para mencionar apenas um dos produtos importados). Também se pode dizer que muitas exportações só são possíveis porque há maciças importações de produtos agrícolas. Na Europa Ocidental, por exemplo, a exportação de animais, carne, laticínios e ovos não aconteceria sem a importação substancial de grãos para a produção de ração animal (sendo a soja o mais importante). Essa mútua dependência - tanto das importações quanto das exportações de produtos agrícolas - se aplica aos EUA, à União Europeia, à Turquia, à África do Sul, à China etc. (a Figura 1 apresenta uma visão geral do contexto da UE e dos EUA). Essa via de mão dupla se repete em cada categoria de produto. Países tanto importam batatas de algum lugar, quanto exportam batatas produzidas por si próprios, entre outros exemplos.

**Essa globalização de rupturas, fricções e desequilíbrios está relacionada à tendência em quase todos os países do mundo de crescimento simultâneo tanto das importações quanto das exportações de alimentos nas últimas décadas. Dessa forma, *países importadores ou exportadores de alimentos* tornaram-se categorias sem sentido.**

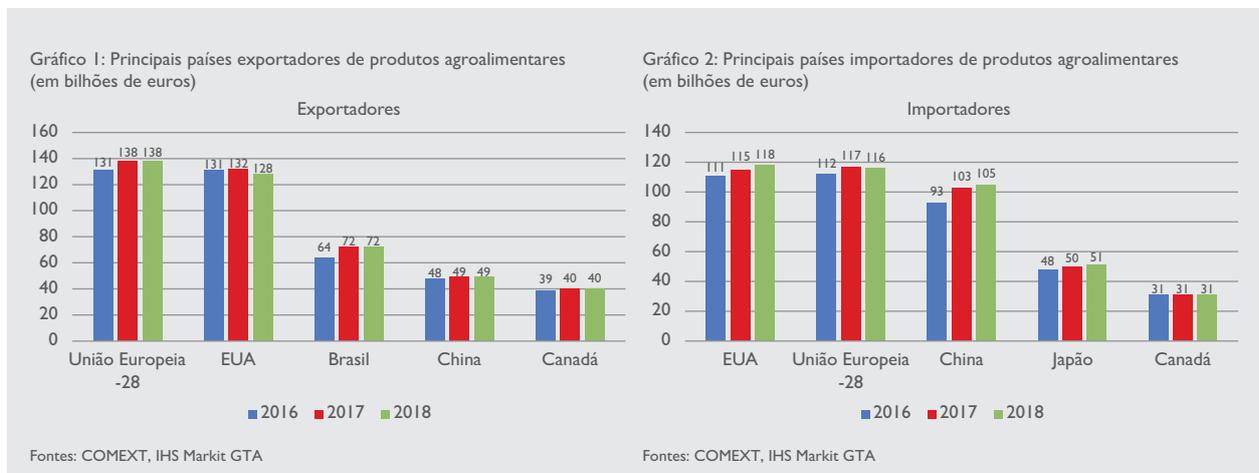
**Figura 1. Evolução do fluxo de importações e exportações de produtos agrícolas na União Europeia e nos Estados Unidos no período 2000-2010.<sup>5</sup>**



8

Já a Figura 2 (com base em dados da Comissão Europeia de 2019) fornece cifras mais recentes (2016–2018) sobre os principais países exportadores e importadores de alimentos. Mostra que, em geral, os países que mais exportam são também os que mais importam alimentos. Esse mesmo processo, como já mencionado, se repete em países menores.

**Figura 2. Principais países exportadores e importadores de alimentos (2016–2018).**



À primeira vista, esse panorama improvável, se não enigmático, é o resultado de várias décadas de liberalização e globalização (KRUGMAN, 2013, p. 61-66). Regimes neoliberais e acordos comerciais incentivaram a produção agrícola voltada para os mercados de exportação, ao mesmo tempo em que aumentam a importação de alimentos baratos, perdendo o foco na produção agrícola para o consumo interno. Onde quer que as elites governantes tenham assumido posições fortes favoráveis ao setor privado, fortalecendo a dinâmica das importações e exportações, é possível observar desequilíbrios ainda mais acentuados. O caso da África foi e segue notável nesse sentido. Importações maciças de alimentos podem representar uma grande perda para toda uma nação, mas podem ser fonte de ganho considerável para grupos de capital privado. Situação comparável ocorreu no Norte Global, onde ‘manipular o mercado’ (ou seja, importar grandes quantidades de alimentos e vendê-los a preços baixos para provocar a queda de preços no mercado doméstico) tornou-se uma estratégia importante. As perdas relacionadas a essas importações foram

<sup>5</sup> Dados extraídos de <http://www.fao.org/faostat/en/#data/TP> e [https://ec.europa.eu/eurostat/cache/metadata/en/ext\\_go\\_agg\\_esms.htm](https://ec.europa.eu/eurostat/cache/metadata/en/ext_go_agg_esms.htm). Nas tendências apresentadas, ocorreu uma pequena queda em 2009. Isso se deve à crise de 2008-2009, que fez os preços dos produtos agrícolas baixarem logo após os preços relativamente altos de 2007-2008.



mais do que compensadas nos mercados domésticos pelas reduções de preços e das margens de lucro. Os mercados estavam ativamente conectados nesses esquemas de manipulação, reduzindo a renda dos produtores (SACCOMANDI, 1998; RABO Bank Group, 2013; PLOEG, 2019).

A consequência é o estabelecimento de um grande, complicado e contraditório sistema alimentar global. Existem centros, periferias e muitas desigualdades. Mas, no final, produz-se um todo entrelaçado, como se fosse um novelo emaranhado de interdependências.

Tomemos, por exemplo, o caso dos bezerros machos. Em *tempos normais*, eles são vendidos e transportados para grandes empresas agrícolas especializadas em engorda. Em seguida, eles são processados em abatedouros especializados (administrados por empresas, como o Grupo Van Drie) e exportados (como, por exemplo, *carne branca de bezerro*), especialmente para a Itália (que não produz carne de novilho suficiente para satisfazer a procura de pratos clássicos como *Saltimbocca*, *vitello al tonno*, etc.). Geralmente, esse esquema funciona sem problemas. No entanto, a Covid-19 trouxe uma redução considerável no consumo de alimentos de luxo (principalmente porque restaurantes em toda a Itália foram fechados), levando polos do sistema como o Grupo Van Drie a reduzir sua aquisição de bezerros e o preço que paga por eles. Assim, na Holanda, os bezerros machos têm que permanecer em estabelecimentos leiteiros que dificilmente têm espaço para acomodá-los. Esses animais, portanto, não contribuem mais para os fluxos de renda dos estabelecimentos agrícolas. Além disso, o preço do leite também caiu e as importações de bezerros para a Holanda (cerca de 800.000 por ano), vindas da Alemanha, da Europa Oriental, da Irlanda e de outros países foram quase que completamente interrompidas. Em síntese, a crise originada na Itália repercutiu nos abatedouros holandeses, nas empresas especializadas em engorda de bezerros, nos estabelecimentos de laticínios e nas empresas de transporte, para em seguida reverberar na Alemanha, na Europa Oriental e em outros países. Bezerros machos são apenas uma das muitas commodities cujos elos de interdependência se estendem no tempo e no espaço<sup>6</sup>.

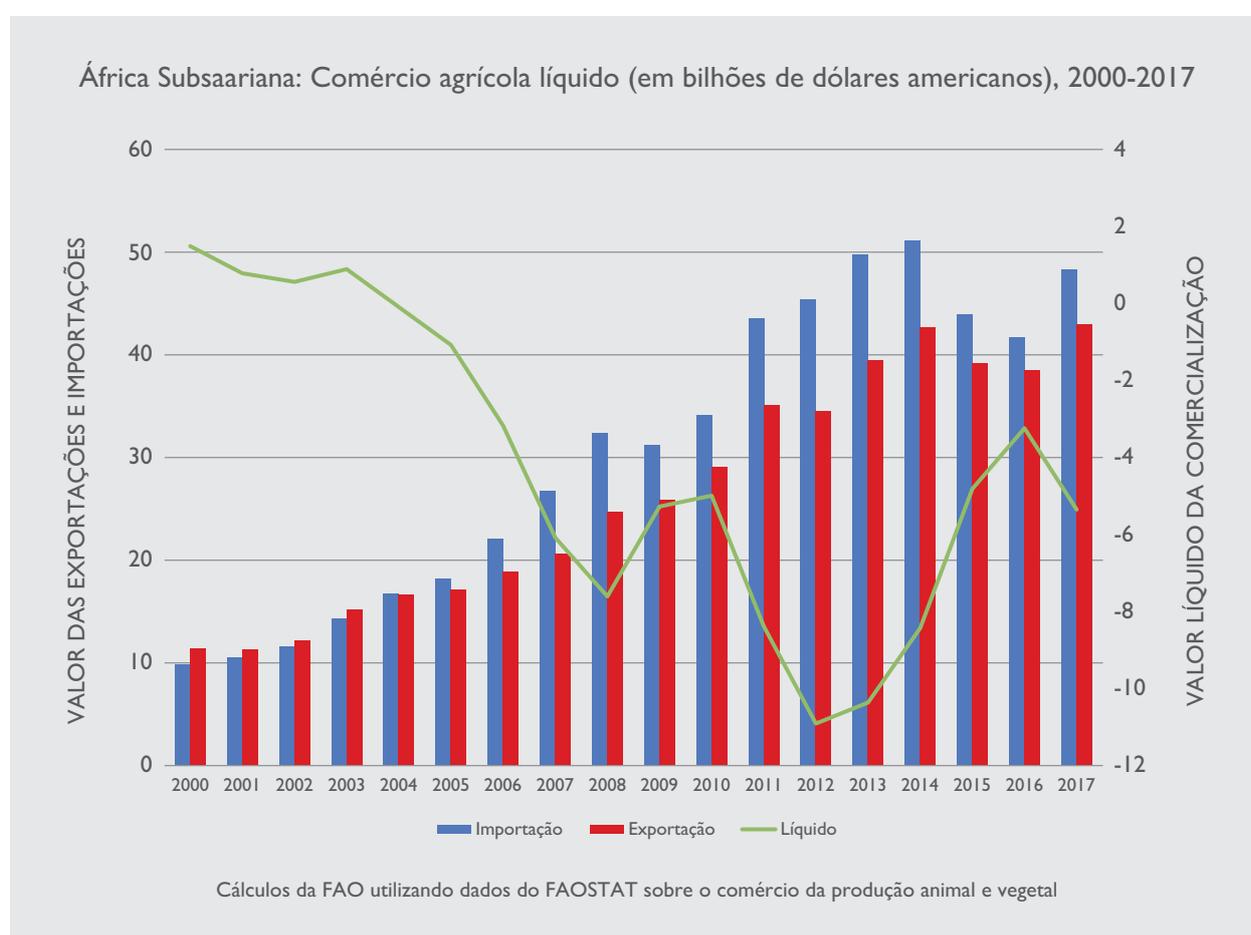
Outra preocupação relacionada às mudanças em escala nacional que ocorreram em todo o mundo foi a restrição às exportações de arroz impostas na Índia, no Vietnã, no Camboja e em Mianmar<sup>7</sup>. Isso sem dú-

<sup>6</sup> Outro caso bem conhecido são os sistemas italianos de engorda de vacas em confinamento. Eles dependem da França e da Polônia para a entrega de bezerros. Esse sistema contrasta muito com o sistema 'Chianina', que consiste na criação de animais com base em bezerros, ração e forragem produzidos localmente (ver Ventura, 1995).

<sup>7</sup> Comerciantes de arroz indianos pararam de assinar novos contratos de exportação em meio às restrições no país para conter a propagação do coronavírus, já que a escassez de mão de obra e problemas logísticos dificultaram a entrega até mesmo para o cumprimento dos contratos existentes. Ao mesmo tempo, Camboja, Vietnã e Mianmar restringiram suas exportações de arroz, a Índia exporta seu arroz não basmati principalmente para Bangladesh, Nepal, Benin e Senegal, e arroz basmati premium para Irã, Arábia Saudita e Iraque. Camboja e Vietnã também exportam grandes quantidades de arroz para a África.

vida levará à escassez e à fome imediatas em grandes partes da África, assim como acarretará aumento nos preços a serem pagos pelos consumidores, o que irá restringir ainda mais o acesso aos alimentos. Embora os aumentos simultâneos nas exportações e importações de alimentos também tenham sido - e ainda são - generalizados nos países africanos, a peculiaridade do continente africano como um todo é que o saldo geral é cada vez mais negativo (ver Figura 3). Isso torna a segurança alimentar na África altamente suscetível a uma maior deterioração devido a pressões externas. A possível escassez de arroz é apenas um exemplo - haverá certamente outros. A dura realidade é que esses riscos eram bem conhecidos por pessoas internas ao sistema - e eram negados publicamente. A Casa Real do Marrocos, por exemplo, possuía partes consideráveis da indústria de processamento de alimentos e supermercados do país. Há cerca de dez anos, essas propriedades foram vendidas (o capital foi *liberado* para ser investido em energia verde). Essa operação gigantesca foi feita para tentar evitar que uma eventual escassez de alimentos gerasse *motins alimentares* contra o monarca. No entanto, hoje o Maroc Vert, plano de desenvolvimento agrícola do país, direciona mais de 80% de seus recursos públicos para o setor agroexportador e apenas 10% a 15% para a agricultura camponesa.

**Figura 3. A balança comercial líquida de alimentos está cada vez mais negativa na África Subsaariana.**



Há ainda outro elo nessa teia de interdependências que é o dos ingredientes para a produção de concentrados industriais para alimentação animal. Os preços dos alimentos para animais estão atualmente subindo rapidamente, enquanto a produção de laticínios e a pecuária estão enfrentando quedas de preços em quase todos os lugares porque a demanda doméstica está se retraindo.

É importante ressaltar que essa paralisia em cadeia não se deve às medidas de isolamento social por si só (limitações impostas à circulação de pessoas). Com base no exemplo acima, verificamos que os estabelecimentos agrícolas continuam operando, bezerras nascem, o transporte continua possível, as *faixas verdes* permitem o livre cruzamento de fronteiras com mercadorias. Na Itália, as pessoas podem ir às lojas ou pedir entregas em domicílio. No entanto, as transações intermediárias já não são lucrativas (ou adequadas

para crédito e seguros) e, com isso, há muita insegurança. Consequentemente, o comércio triangular entre a Holanda, a Itália e outros países europeus entrou em colapso, os bezerros não podem mais ser vendidos, os rendimentos dos agricultores caíram e o consumo é, em determinados lugares, restrito.

Uma consequência inevitável dessa teia de interdependência é que um único germe de desordem no sistema tem a capacidade de se espalhar por toda parte, como se fosse *um vírus no sistema*<sup>8</sup>. Stiglitz (2010) tem uma maneira muito elucidativa de se referir a esse fenômeno de propagação: “é uma falha em alguma parte do sistema econômico global que vai contagiando outras partes” (xiv; ver também POSNER, 2009, p. 7). No contexto atual, esse contágio pode fazer com que as exportações sejam restringidas ou, em casos particulares, quase completamente suspensas<sup>9</sup>. Da mesma forma, um bloqueio em um único país pode facilmente gerar um efeito dominó em vários outros lugares.

Se a demanda doméstica estiver diminuindo (em alguns países mais do que em outros, e às vezes com quedas drásticas) e/ou a cadeia que deveria conectar a oferta e a demanda não estiver mais funcionando, as importações serão reduzidas e isso se traduz em problemas em outros lugares. Tal circunstância pode desencadear o incremento do excedente de força de trabalho, afetando particularmente as parcelas pobres das classes trabalhadoras e reduzindo os níveis salariais. Por sua vez, esses desequilíbrios ameaçam a continuidade e a lucratividade das interconexões estratégicas e levam a quedas dramáticas no comércio. É assim que a tragédia atual está se desenvolvendo como consequência da dinâmica do sistema. Embora normalmente as transações comerciais sejam aceleradas e multiplicadas para atender ao imperativo da geração de lucro, este mesmo objetivo agora está fazendo com que haja uma desaceleração e até mesmo a interrupção total das transações. E isso também explica porque a crise atual vai muito além do impacto da questão sanitária inicial e das respostas dadas pelos Estados.

A ironia por trás de tudo isso é que, de todo o alimento produzido no mundo, apenas 20% atravessam fronteiras internacionais; 80% é produzido e consumido no mesmo país. No entanto, essa parte principal é fortemente afetada pelas muitas interdependências anteriormente discutidas. Por essa razão, o problema se desloca dos circuitos internacionais para os domésticos, da mesma forma que ocorre um efeito em cascata no sentido inverso. Seja qual for a direção, o resultado é uma ampla gama de consequências negativas.

O crescimento dos níveis de fome é uma dessas consequências. Conforme indicou David Beasley, diretor executivo do Programa Mundial de Alimentos, em uma declaração recente ao Conselho de Segurança da ONU: “Há [...] um perigo real de que potencialmente mais pessoas morram devido ao impacto econômico da Covid-19 do que do próprio vírus”. Uma *pandemia de fome* pode muito bem ser o resultado (BEASLEY, 2020).

A precarização das condições de trabalho desempenha um papel especial nessa dinâmica. Nas últimas décadas, a integração ao mercado global, a orientação para a agroexportação e a pressão crescente de e por alimentos industriais baratos levaram milhões de famílias camponesas a condições de marginalidade e precariedade, obrigando muitas delas à migração em busca de trabalho. Muitos desses fluxos migratórios se dirigiram para os campos, pomares e estufas de grandes empresas agrícolas na Europa e nos Estados Unidos (CORRADO; DE CASTRO; PERROTTA, 2017; MINKOFF-ZERN, 2018) onde se tornaram trabalhadores indispensáveis. A precarização, entretanto, veio junto com eles. Esses trabalhadores migrantes enfrentam baixos salários, insegurança crônica, condições de trabalho degradantes, moradia precária e uma falta quase total de condições básicas de higiene e assistência médica. Essa precarização também se tornou característica crônica dos sistemas alimentares localizados em países ricos. A grave crise da Covid-19 teve um impacto brutal nesses trabalhadores. Muitos deles são imigrantes e perderam seus empregos. Não têm acesso a sistemas de bem-estar social, nem em países *importadores* nem em países *exportadores de mão de obra*. As restrições à mobilidade das pessoas tornaram mais difícil o deslocamento ao local de trabalho e à volta para casa. Esses efeitos costumam afetar os mais diversos setores e se disseminam por todo o sistema alimentar internacionalizado. Primeiro, as colheitas em países *importadores de mão de obra* estão sendo perdidas. Em segundo lugar, isso

<sup>8</sup> Ironicamente, quando um vírus ou bactéria real entra no sistema, como foi o caso da febre aftosa, da febre Q e semelhantes, a situação é *resolvida* por meio da erradicação. Isso significa que todos os animais em círculos largos ao redor dos focos iniciais são mortos e todos os movimentos de transporte (incluindo os de humanos) são proibidos. Ou seja, o sistema fica paralisado até que os vírus ou bactérias sejam eliminados. Agora é a Covid-19 em si que traz consigo a paralisia, ainda mais porque os *focos* estão em toda parte.

<sup>9</sup> Isso pode ser devido a uma série de causas específicas. Uma redução acentuada no poder de compra e uma redução no mercado de varejo; aumento das tarifas de transporte; falta de crédito à exportação; falta de seguros para o crédito à exportação; mudanças nos padrões de consumo de bens importados; mudanças nos principais circuitos comerciais, fechamento de fronteiras e muito mais.

pode se traduzir em escassez de alimentos específicos, não apenas nos países *importadores de mão de obra*, mas em outros países que normalmente importam determinados produtos alimentares provenientes deles. Em terceiro lugar, há um súbito agravamento da pobreza nos países *exportadores de mão de obra*: os trabalhadores migrantes não têm mais renda, o que prejudica as remessas de que suas famílias dependem. Isso se traduz em uma retração da demanda interna por alimentos nos países que inicialmente exportam mão de obra, com repercussões tanto para o setor do agronegócio quanto para a agricultura camponesa dessas regiões. Assim, a precarização se expande e contribui, pouco a pouco, para a acentuação de uma crise alimentar que a essas alturas parece inevitável.

## O âmbito das cadeias alimentares

Os sistemas alimentares consistem em fluxos organizados de bens, serviços e informações que vão desde a produção primária até o consumo final. É necessária toda uma infraestrutura técnico-institucional para fazer com que os alimentos (e serviços associados) transitem dos locais de produção para os locais de consumo. Para tanto, é preciso que haja empresas que entregam insumos, tecnologias e outros recursos necessários para os estabelecimentos agrícolas, sistemas de transporte, empresas comerciais, unidades de processamento, sistemas de distribuição, supermercados, feiras, lojas, restaurantes, cantinas e, finalmente, as cozinhas nas nossas casas. Os alimentos *transitam* por esta infraestrutura mediados por uma gama organizada e coordenada de transações que permitem seu deslocamento desde o local de produção até o local de consumo. Essa infraestrutura, com seus diversos fluxos, é cada vez mais controlada por impérios alimentares, que a organizam e coordenam, obtendo enormes lucros com isso. Os impérios definem e aplicam os roteiros que determinam como os variados ingredientes que integram nossa comida transitam através da infraestrutura; como eles são combinados e para onde vão. Os impérios alimentares são as grandes redes que controlam a produção, o processamento, a distribuição e, cada vez mais, o consumo de alimentos (Tabela 1.2, em HOWARD, 2016, dá uma visão geral dos 25 maiores impérios alimentares). O objetivo dos impérios alimentares é se apropriar e centralizar o valor gerado na produção, no processamento e na distribuição dos alimentos. Nas últimas décadas, esses impérios lograram uma grande concentração dessas atividades econômicas (MOONEY, 2017). Em um período de crise e dificuldades logísticas, essa alta concentração pode gerar consideráveis retrocessos na produção agrícola tanto no Norte quanto no Sul Global.

Os impérios alimentares podem ser proprietários de partes dessa infraestrutura. No entanto, cada vez mais, esse não é mais o caso. Eles não são necessariamente baseados na produção. Seu poder e sua influência residem no controle das conexões entre os diferentes componentes da infraestrutura. Ao fazer isso, controlam os estabelecimentos agrícolas, as fábricas de processamento etc., de forma indireta, mas muito poderosa (PLOEG, 2018, p. 245-252). Ao controlar as diversas conexões, os impérios alimentares também impõem critérios específicos de inclusão e exclusão. Somente aqueles ingredientes (e práticas e locais de origem) que se enquadram nos requisitos definidos em seus padrões são aceitos; todos os demais são excluídos. E a inclusão é uma condição apenas temporária: a qualquer momento ela pode ser convertida em exclusão.

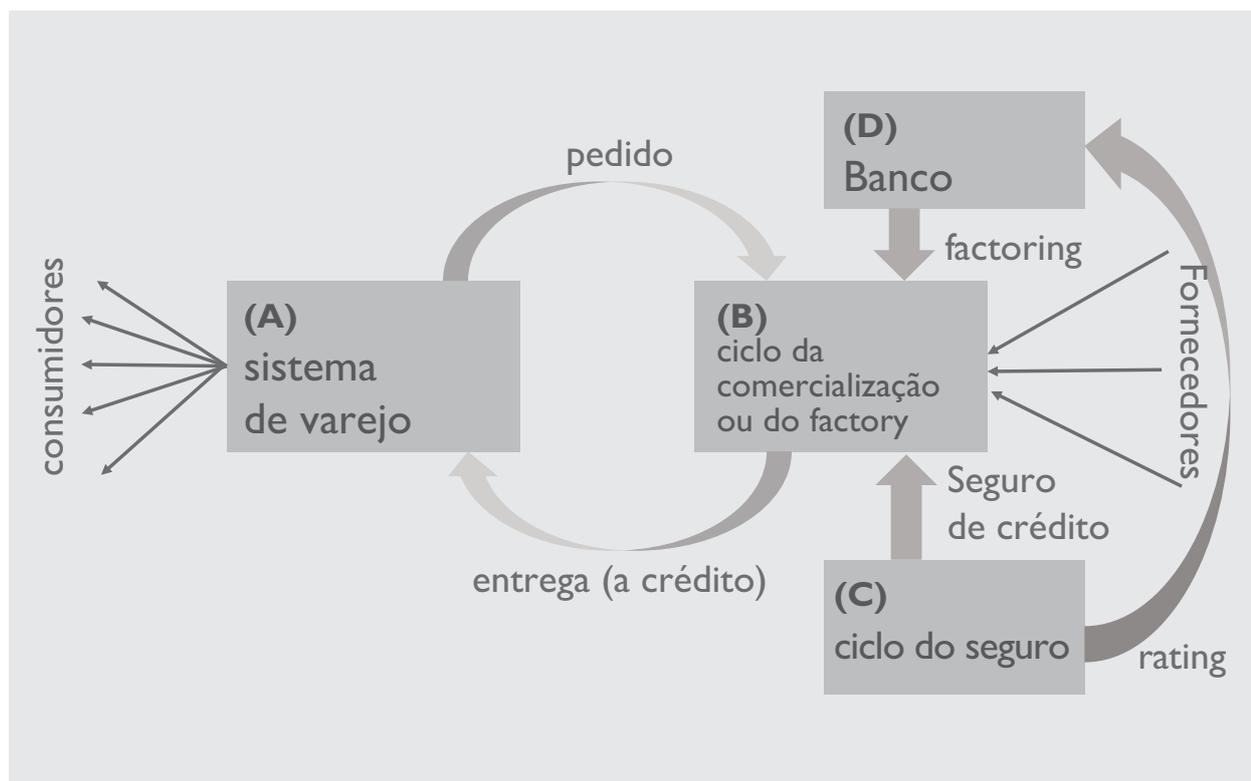
O capital financeiro desempenha um papel central no funcionamento dos impérios alimentares, sendo a financeirização a estratégia principal e ao mesmo tempo um importante resultado (EPSTEIN, 2005; CLAPP, 2014; 2019; FAIRBAIRN, 2014; ISAKSON, 2014; RUSSI, 2013). Os impérios alimentares se expandem por meio de aquisições. Eles compram empresas para obter altas taxas de crescimento e, principalmente, para se apropriar de fatias estratégicas do mercado. Para tanto, eles dependem bastante de crédito. Os dados disponíveis mostram que os impérios alimentares estão altamente endividados<sup>10</sup>. No entanto, por meio de sua estratégia de especulação, conseguem simultaneamente atingir altos níveis de lucratividade (POSNER, 2009, p. 46-47). Internamente, eles organizam muitos fluxos e muitas transações monetárias. Cada transação tem que ser lucrativa. Se ocorrerem perdas, as transações serão eliminadas - e os fluxos redirecionados para buscar lucratividade em outro lugar. O uso de novos instrumentos financeiros, tais como contratos futuros, fundos de índice de commodities, créditos à exportação e seguros de crédito

<sup>10</sup> O programa *Globo Rural* (2009) revelou que os níveis de endividamento dos dez maiores impérios alimentares em operação no Brasil chegavam a ser 44 vezes maiores do que seus próprios ativos (caso da empresa Sadia). No caso da Cargill, a relação entre dívidas e capital próprio era de 15:1. Para obter mais dados, ver van der PLOEG, 2019, p. 173).

à exportação, aumenta ainda mais a dependência do capital financeiro, ao mesmo tempo que torna os sistemas alimentares mais sujeitos à instabilidade e mais vulneráveis a choques econômicos e ambientais (CLAPP; ISAKSON. 2018, p. 452).

Os impérios alimentares lidam com grandes quantidades de mercadorias, muitas das quais, perecíveis. A escala das transações (bem como os intervalos de tempo implícitos na perecibilidade) é tão grande que o crédito de curto prazo passa a ser uma necessidade. As matérias-primas (independentemente da sua natureza e da sua localização específica na *cadeia*) são compradas a crédito. Ou seja, o fornecedor (B na Figura 4) entrega a mercadoria pedida ao comprador (A) a crédito. O pagamento normalmente ocorre após 30-90 dias (ou quando toda a mercadoria foi vendida por A a seus clientes ou consumidores). No entanto, sempre existe o risco de insolvência. Ou seja, se seguimos a Figura 4, A é incapaz (ou não quer) pagar B. Isso obriga B a contratar um chamado seguro de crédito da seguradora C, que se compromete a compensar B no caso de insolvência de A. Mas há mais duas etapas envolvidas. Para comprar as matérias-primas necessárias e pagar os salários para produzir a mercadoria encomendada, B normalmente precisa contratar crédito de um banco (D). Esse crédito só é concedido se houver o seguro de crédito subjacente de C, que funciona como garantia do banco. Essa transação específica é normalmente conhecida como *factoring*<sup>11</sup>. Para as operações combinadas (B usando o seguro de crédito fornecido por C como garantia para obter um empréstimo de D), o chamado *rating*<sup>12</sup> é decisivo. Este é emitido por C (ou outra agência independente) e sintetiza o desempenho, o histórico de crédito e o volume de negócios da empresa B. Quanto mais alta esta classificação, menor a taxa de juros a ser paga sobre os empréstimos de D a B.

**Figura 4. A complexidade das transações financeiras no comércio e nas cadeias internacionais**



Os seguros de crédito comercial são indispensáveis para que as cadeias globais operem normalmente. Eles funcionam como um lubrificante para que o sistema funcione bem. Existem apenas algumas companhias de seguros que oferecem esses seguros de crédito. E cada uma delas é enorme. As maiores são a Euler Hermes, que pertence ao grupo Allianz (ativos totais em 2019: 1,011 trilhão de euros; receita anual: 142,4 bilhões de euros; e receita operacional: 11,9 bilhões de euros), a Coface, de propriedade da Natixis,

<sup>11</sup> *Factoring* é um mecanismo de fomento mercantil através do qual as empresas recebem imediatamente seus créditos gerados por vendas a prazo, lhes proporcionando liquidez financeira imediata e melhorando seus fluxos de caixa (Nota do Editor).

<sup>12</sup> *Rating* é a avaliação de riscos de crédito atribuída por uma agência especializada (Nota do Editor).

do grupo bancário francês BPCE (ativos totais: 1.124 bilhões de euros), e a Atradius. Há também alguns grupos de menor capital que operam no mercado de seguros de crédito, como o Credendo (uma empresa da Aon) e Corretores de Seguros de Crédito Acumen. O mercado de seguros de crédito comercial é enorme. Somente as empresas holandesas oferecem mais de 100 bilhões de euros em seguros de crédito apenas para itens não alimentícios (NRC, 8 de abril de 2020, p. E3).

Durante a crise financeira de 2008, essas seguradoras retiraram os seguros de crédito comercial de seus portfólios ao perceberem que o mercado como um todo apresentava muitos riscos. As seguradoras de crédito comercial tiveram, portanto, uma influência considerável no aprofundamento e no prolongamento da crise (NRC, 2 de junho de 2020, p. E5).

Em 2019, o número de insolvências no mercado global cresceu cerca de 3%. Isso se deve ao parco crescimento do PIB naquele ano. A pandemia da Covid-19 desencadeou uma redução considerável no PIB mundial em 2020<sup>13</sup>. Já houve um número significativo de insolvências, sendo previsto um número ainda maior. Existe o perigo de que as seguradoras de crédito reduzam os seguros que oferecem, e essas reduções podem crescer exponencialmente. Muitos governos da Europa Ocidental consideraram intervir de forma massiva para sustentar a magnitude dos seguros gerais a fim de evitar uma desaceleração do comércio internacional (ou, no caso de uma crise sanitária prolongada, seu colapso). O Estado holandês, por exemplo, interveio injetando 12 bilhões de euros, com a expectativa de permitir um volume de comércio anual de 200 bilhões de euros (NRC, 8 de abril de 2020, p. E3). Isso significa que é o Estado que está *assumindo os riscos* das seguradoras de crédito privadas.

Agora, vamos supor que um *vírus qualquer* entre no sistema - pode ser um vírus real ou apenas a expectativa de que um vírus possa começar a circular ou que os riscos econômicos estejam aumentando, ou algum outro fator. Mesmo sem saber como e onde ele irá atacar, existe a probabilidade de que possa afetar (por algum motivo) algumas transações em alguns pontos específicos da cadeia. Isso seria muito arriscado, muito caro ou muito problemático (como a exportação de carne de bezerro branca para a Itália). O crédito à exportação então não estará mais disponível, os seguros de crédito comercial serão reduzidos ou algumas das principais empresas irão decidir que é melhor fechar parcial ou totalmente (*lockdown*). Assim, o sistema será acometido por uma *febre*: quando certas transações são afetadas, outras também serão rapidamente atingidas. Então, no estágio seguinte, os principais bancos podem não querer refinarçar créditos usados para a operação de redes inteiras (como os bancos estadunidenses estão fazendo atualmente). Assim, a crise vai se expandindo. Ela será transmitida em círculos cada vez maiores, como as ondulações circulares em um lago quando uma pedra é nele lançada.

Da mesma forma, a ausência de fundos de amortecimento (reservas próprias)<sup>14</sup> provavelmente levará as empresas que controlam a cadeia alimentar (ou seja, os impérios alimentares) a interromper as transações que agora subitamente acarretam perdas. Os efeitos serão semelhantes e certamente irão *contaminar* outras transações - chegando até a desativar grandes partes da economia real.

De um modo geral, as economias de hoje são construídas sobre dívidas enormes (BOOT, 2009, especialmente as Tabelas 2.1 e 2.2, p. 20-25; BONNER; WIGGIN, 2009). A dinâmica do capitalismo moderno é baseada no crédito financeiro para gerar crescimento econômico (STIGLITZ, 2010; BECKERT, 2015). Altos níveis de endividamento exigem que a empresa não pare nunca de crescer. Somente por meio desse crescimento contínuo as muitas dívidas podem ser refinanciadas e os custos financeiros pagos. Se a máquina financeira parasse, todo o processo de acumulação de capital cairia por terra. O alto nível de endividamento significa que o futuro de nossas sociedades está hipotecado e deve produzir fluxos maciços de rendimentos (e lucros) para alimentar o capital envolvido na financeirização das economias.

Os impérios alimentares apresentam justamente esses altos níveis de endividamento, como resultado de duas estratégias. A primeira é a *construção do império*, por meio da já mencionada aquisição acelerada de outras empresas. A Parmalat *saía para fazer compras de empresas*, assim era descrita o comportamento empresarial dessa empresa italiana de comercialização de leite que implodiu de maneira espetacular em

<sup>13</sup> Segundo o Banco Mundial, 'a queda do PIB em 2020 foi de 3,5% — a recessão global mais profunda em décadas' (fonte: <https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects>. acessado em 08/12/2020). (Nota do Editor)

<sup>14</sup> Nas economias de hoje, ter fundos de amortecimento (*buffers*) é até perigoso, pois torna as empresas vulneráveis a aquisições desvantajosas, *hostis* (SMIT, 2019)

2003 (FRANZINI, 2004). Esse tipo de expansão nasceu na indústria de alimentos. A KKR foi o primeiro caso, mais tarde conhecido pelo título *Bárbaros no portão* - tradução livre de *Barbarians at the gate* (BURROUGH; HELYAR, 1990). Não tinha como sustentação a lucratividade (e a formação de capital) da própria empresa, mas era totalmente dependente de crédito. As dívidas crescem, portanto, proporcionalmente com a expansão da rede imperial. No final de 1998, a Parmalat, por exemplo, tinha dívidas que totalizavam 2,1 bilhões de euros, mais do que o valor da própria Parmalat (FRANZINI, 2004, p. 61).

A segunda estratégia consiste na aquisição de ações pela própria empresa. Isso é feito para aumentar o valor total para o acionista da empresa e as aquisições (muitas vezes massivas) são financiadas com créditos que agora podem ser obtidos a baixo custo no mercado de capitais. Enquanto isso, quotas cada vez maiores do próprio capital da empresa são pagas aos acionistas como dividendos (e como bônus aos administradores). Nesse aspecto, o caso da Unilever é simbólico: os fundos de hedge<sup>15</sup> pressionaram a empresa a abandonar a orientação financeira prudente para adotar uma abordagem que priorizava o valor para o acionista (SMIT, 2019).

Por meio de uma dessas estratégias, ou de uma combinação delas, muitos impérios alimentares acabam atingindo taxas impressionantes de endividamento. Esse alto endividamento, por sua vez, exige crescimento contínuo, assim como aumenta a vulnerabilidade.

A financeirização “aumenta as vulnerabilidades econômicas e ecológicas no sistema alimentar” (CLAPP; ISAKSON, 2018, p. 438). Caso o crescimento contínuo e os aumentos decorrentes no valor para o acionista e nos dividendos não se materializem, existe o perigo iminente e permanente de que o capital investido seja retirado. Se isso ocorrer, a parte correspondente (ou seja, a controlada) da economia real será desativada.

Quando surge um problema sanitário como a pandemia da Covid-19 que afeta a perspectiva de crescimento contínuo (e a remuneração derivada do capital investido nos empréstimos às grandes empresas), é praticamente inevitável que se desencadeie uma crise político-econômica. Uma vez que esse tipo de crise começa, vários segmentos da economia serão desativados. Com a redução dos seguros de crédito, é exatamente isso o que está ocorrendo em decorrência da pandemia. É o que sempre acontece com os impérios alimentares em tempos de crise. O mesmo se aplica a bancos, que acabam tendo menos - ou nenhuma - disposição para refinarçar dívidas de empresas e companhias que apresentam perfis elevados de risco devido à pandemia da Covid-19. Todos esses mecanismos induzirão a uma desativação da economia (real). Ao mesmo tempo, os níveis de queda na renda dos trabalhadores pobres também levam à desativação devido à redução da demanda. E uma vez que há desativação (onde quer que seja), ela se espalha ainda mais e contribui para retrações severas em outros lugares.

A menos que a força dos movimentos sociais e/ou as intervenções do Estado consigam conter essa onda de desastre (ou seja, os efeitos acumulados dos processos de desativação), ela irá desembocar, e afetar, os setores mais fracos e as pessoas mais pobres.

A financeirização separa a economia em duas camadas: a economia real, que envolve a produção, a circulação e o consumo de bens e serviços sociomateriais, e a economia financeira, que fornece à economia real os bens e serviços financeiros de que ela precisa para operar tranquilamente. A relação entre as duas camadas é altamente desigual. A economia real está subordinada à financeira. O capital financeiro (parte essencial e integrante de cada empresa que opera na economia real) foi drenado da economia real e está centralizado na camada financeira. As dívidas predominam no nível inferior (a economia real), enquanto o capital é abundante no nível superior (a economia financeira), que é de propriedade de grandes grupos de capital, empresas de capital de risco, fundos de hedge e os ricos. O nível superior é onde o capital é acumulado - onde o valor excedente criado no *andar inferior* é centralizado e incorporado à riqueza já disponível (tal como amplamente documentado por PIKETTY, 2014).

Quando há uma crise na economia real, a cúpula do nível superior definitivamente não aceita uma reversão desses fluxos. Não aceita uma taxa de crescimento negativa para o capital que controla (uma acumulação *negativa*, por assim dizer). Será dada preferência a desativações seletivas dentro da economia real.

<sup>15</sup> Fundo de hedge é um fundo de investimento de elevado risco, cuja finalidade é obter níveis de rentabilidade superiores aos demais fundos disponíveis no mercado financeiro. Conseguem isso por meio de alocação diversificada dos recursos investidos em ativos disponíveis no mercado, diferenciando-se assim dos fundos tradicionais. No Brasil também são conhecidos como *fundos multimercados* (Nota do editor).

Isso está acontecendo nesse momento diante de nossos olhos. Está convertendo a tragédia da pandemia da Covid-19 em uma crise político-econômica generalizada e devastadora que pode produzir ainda mais vítimas do que a pandemia sanitária.

## A especificidade da alimentação e das cadeias alimentares

No Ocidente, muito pouca comida vem diretamente dos campos e currais (POLLAN, 2008; ROBERTS, 2009). Hoje, a comida é cada vez mais uma mercadoria composta de muitos ingredientes que podem ser de origem agrária, mas geralmente são combinados com componentes industriais. A comida foi artificializada. Como resultado, multiplicou-se o número de conexões e transações necessárias para fabricar cada produto alimentar. Esse fato, associado com o sistema de entrega segundo a demanda (*just-in-time-delivery*), aumentou muito a vulnerabilidade.

As cadeias alimentares são emaranhados de interdependências. Assim como em todas as cadeias, as muitas conexões por meio das quais o sistema alimentar opera são configuradas como transações comerciais e financeiras complexas e interligadas. Essas transações são controladas a partir dos centros dos diferentes impérios alimentares, da mesma forma que devem alimentá-los. E se alguma dessas conexões deixa de atender às expectativas de seus centros de controle e às condições por eles impostas, são simplesmente interrompidas e suspensas. Devido às muitas interdependências, é como jogar uma pedra em um lago: isso produz círculos cada vez maiores de turbulência que podem desativar partes cada vez maiores da economia real.

Por enquanto, a infraestrutura sociotécnica está intacta e é capaz de produzir e fazer escoar os produtos. Os estabelecimentos agrícolas continuam produzindo. O mesmo se aplica às indústrias de alimentos (exceto, talvez, os abatedouros<sup>16</sup>), aos sistemas de transporte, às lojas, aos mercados, aos supermercados e aos consumidores. Os consumidores (o setor de melhor desempenho neste momento) continuam comprando (ou fazendo pedidos de entrega em domicílio). Continuam preparando e consumindo alimentos.

No entanto, o sistema alimentar está (e continuará) em crise - assim como vários outros setores da indústria e de serviços. Isso se deve ao domínio que o capital exerce, no caso dos impérios alimentares, sobre a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos ou de outros produtos e serviços.

O setor de alimentos apresenta ainda muitos problemas específicos e desagradáveis. Houve uma redução na demanda, por exemplo, por flores e por produtos alimentícios que são entregues em restaurantes, assim como devido ao empobrecimento de grupos de baixa renda, especialmente, mas não apenas, no Sul Global. Há também um declínio da oferta de trabalho (principalmente para os trabalhadores migrantes). Outros problemas poderão surgir no médio prazo se a estrutura de suporte tecnológico não for mais capaz de fornecer peças de reposição, consertar e manter as complexas tecnologias agrícolas funcionando e/ou suprir a demanda de todos os tipos de insumos externos. Há relatos de que na China empresas agrícolas médias e, especialmente, grandes enfrentam escassez de insumos como ração, vacinas para animais, fertilizantes, entre outros. Em vários casos, isso acarretou a suspensão da produção.

No entanto, esses problemas específicos não explicam a crise generalizada do sistema alimentar. Não explica o aumento brutal e massivo de pessoas agora ameaçadas pela fome, nem explica a queda geral nos preços dos produtos antes mesmo de eles saírem dos estabelecimentos agrícolas. E esses problemas específicos não explicam por que a renda dos agricultores está diminuindo em quase todos os lugares do mundo.

O(s) sistema(s) alimentar(es) deveriam ser capazes de lidar e absorver esses choques. Deveria haver um mecanismo para atenuar os impactos sobre as empresas agrícolas; deveria haver estoques de alimentos (COHEN; SMALE, 2012), assim como deveria ter sido possível continuar a produzir para a formação de estoques em resposta à redução da demanda e/ou preços mais baixos. De modo geral, quando a demanda efetiva por alimentos está diminuindo, o ideal é que se distribuam vales-alimentação, para que as pessoas que enfrentam dificuldades possam adquirir alimentos (em vez de apenas financiar grandes empresas).

<sup>16</sup> O autor se refere à realidade europeia. No Brasil, usando de sua grande influência política e econômica, grandes empresas do ramo das carnes mantiveram abertos seus abatedouros. Segundo o Ministério Público Federal, os frigoríficos atuaram como vetores de propagação do coronavírus para o interior. (fonte: <https://apublica.org/2020/06/como-frigorificos-propagaram-o-coronavirus-em-pequenas-cidades-do-pais/> (acessado em 08/12/2020) (Nota do editor)

Há exceções (ver FAO 2020), mas a maioria dessas medidas para mitigar a situação foram negligenciadas e até hoje não foram implementadas. Elas estão fora do escopo e do alcance das políticas neoliberais agora hegemônicas que sugerem que *o mercado resolverá esses problemas*. No entanto, *o mercado não o fará*. Em vez disso, ele desativa cada vez mais as operações do sistema alimentar - a menos que seu funcionamento seja sustentado por bilhões de dólares ou euros entregues pelo Estado.

Teoricamente, o importante aqui é que o capital, caracterizado por Ye et al. (2019) como sendo cada vez mais uma força extrativista (em vez de produtiva), está emergindo como um agente que leva à paralisação. Se os impérios alimentares representam o controle do capital (financeiro) sobre a economia real (que está cada vez mais financeirizada), e se a economia real entra em dificuldade (algumas transações não são mais lucrativas), então o capital financeiro se retira e (devido ao alto grau da financeirização) a economia real fica paralisada. O capital financeiro não é capaz (nem deseja) de resolver os problemas reais do mundo real - está apenas interessado em uma maior acumulação. É por isso que o capital é retirado maciçamente dos países do Sul Global sempre e onde quer que haja uma crise (como aconteceu no México em 1994 e na Argentina em 2001 e 2019, e em muitos outros lugares). É também por isso que a economia real de grandes partes do mundo foi paralisada após o surgimento da Covid-19.

Basicamente, existe um remédio forte e radical: a transferência de todas as dívidas da economia real para os diferentes grupos de capital que juntos constituem a economia financeira. Em seguida, deve-se separar cirurgicamente esses grupos de capital das partes da economia real que eles controlam. Isso significa que a economia real pode começar a funcionar novamente e que as dívidas asfixiantes serão pagas pelos grupos de capital envolvidos. Tal remédio foi experimentado com sucesso durante a chamada intervenção Bondi, que se seguiu ao colapso da Parmalat na Itália e permitiu a continuação de suas atividades produtivas e comerciais (PLOGG et al., 2004; CLARKE, 2007; GIUDICI, 2006). Esse remédio envolvia basicamente restringir os bancos que forneciam crédito à Parmalat (sabendo que as coisas estavam indo mal) para que ela pagasse suas dívidas - ainda mais porque estavam ganhando muito com os juros pagos pela Parmalat.



## O âmbito da produção primária

Antigamente, a capacidade de enfrentar tempos difíceis e conduzir os estabelecimentos agrícolas mesmo em condições turbulentas era considerada um atributo essencial na arte da agricultura. Por toda a Europa, as crises agrárias das décadas de 1880 e 1930 deixaram cicatrizes profundas, gerando respostas que ficaram bastante marcadas nos repertórios culturais posteriores. A construção de cooperativas, a busca institucionalizada de inovações e o estilo econômico de agricultura (aproveitando ao máximo os próprios recursos internos e minimizando o uso de recursos externos) são apenas algumas das soluções que ajudaram os camponeses a atravessar crises e que também marcariam fortemente as décadas que se seguiram.

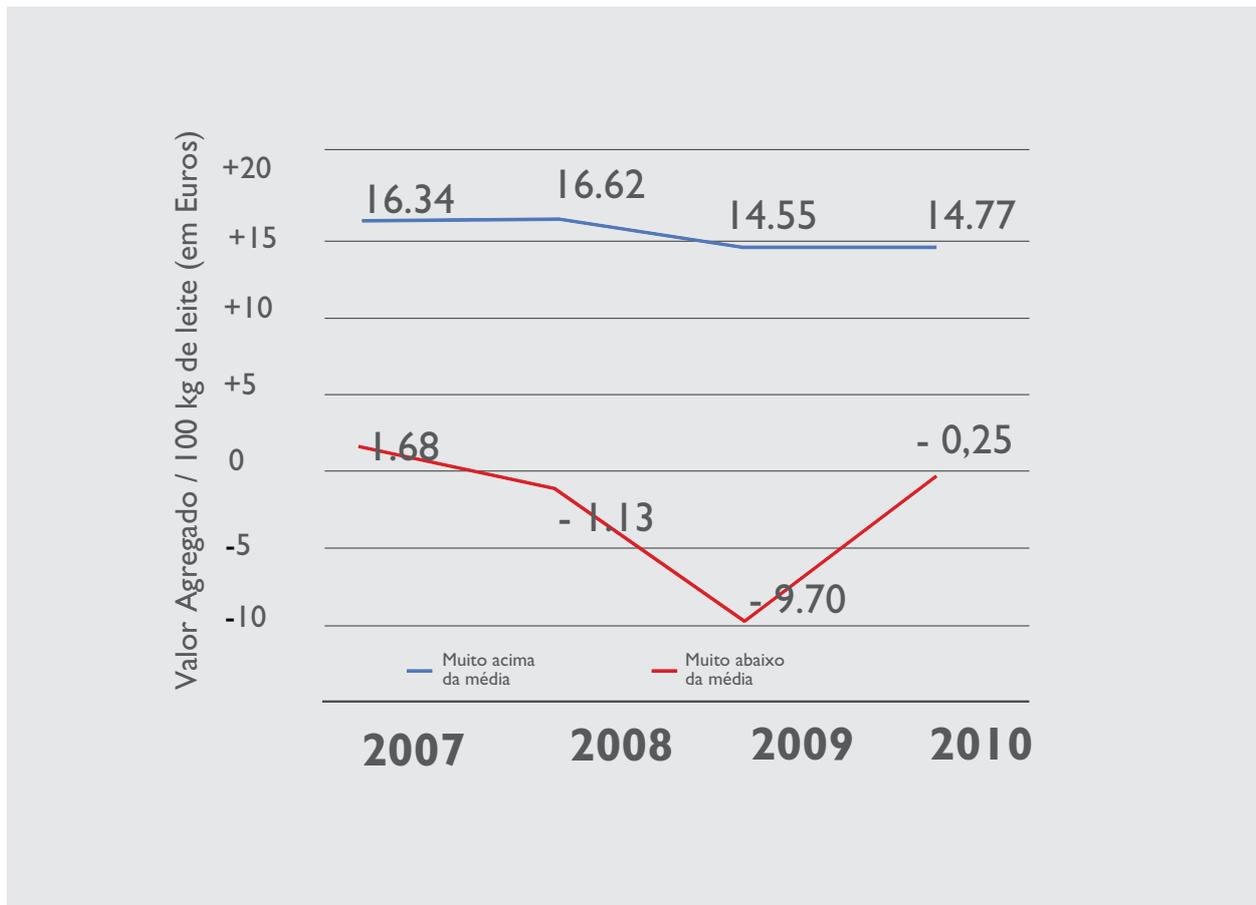
No entanto, a capacidade de gerenciar um estabelecimento em tempos duros e difíceis foi se enfraquecendo nos anos de prosperidade econômica. Mais adiante, em função da Política Agrícola Comum, foi desenvolvido um conjunto de escudos de proteção (que, aliás, não era o mesmo que proteger a renda dos estabelecimentos agrícolas). Entre as medidas de proteção, estava a garantia de preços ao produtor rural por períodos mais longos, bem como estabilidade de mercado (por meio da retirada de excedentes do mercado). Isso permitiu que os agricultores aumentassem seus investimentos (tanto em insumos externos quanto em crédito e novas tecnologias). A memória coletiva, focada no estilo econômico de agricultura, se esvaiu. Porém, os caprichos dos mercados voltariam a aparecer, no início do século XXI, demonstrando que o desenvolvimento agrícola está longe de ser uma trajetória simples e linear.

No segundo semestre de 2008 e no primeiro de 2009, a indústria de laticínios na Europa e em outras partes do mundo estava em crise. Embora as causas imediatas dessa crise sejam diferentes das de hoje, os efeitos gerados são altamente relevantes para explorar a dinâmica da atual crise da Covid-19. Em 2008, os preços do mercado mundial despencaram. Mas como as políticas agrícolas protetoras (taxas de importação, subsídios à exportação, proteção de preços, cotas de produção, apoio a áreas marginais etc.) haviam sido desmanteladas, os preços para o produtor caíram abruptamente. Os resultados foram contra a lógica aparente que supostamente deveria regular a competição agrícola e o desenvolvimento. Verificou-se que os maiores estabelecimentos agrícolas que haviam se expandido mais do que outros (tendo gasto mais na aquisição de terras e novas tecnologias) de repente enfrentaram um grande problema. Altos custos financeiros e alta dependência de insumos externos criaram uma margem estreita para esses estabelecimentos de grande escala e tecnologias modernizadas. De repente eles se tornaram extremamente vulneráveis à volatilidade de preços que acompanhou a liberalização dos mercados: as quedas abruptas nos preços ao produtor resultaram em fluxos de caixa negativos. Como esses grandes estabelecimentos empresariais não contavam com quase nenhum mecanismo financeiro para atenuar os impactos, esse processo significou a desativação de muitos deles. Curiosamente, os estabelecimentos agrícolas camponeses se saíram muito melhor durante esse período difícil. Eles ainda estavam estruturados para enfrentar tempos de turbulência.

No período que se seguiu à crise de 2008/2009, duas equipes de pesquisa da Universidade de Wageningen iniciaram uma investigação de grande escala sobre os efeitos diferenciais da queda abrupta de preços (OOSTINDIE; VAN DER PLOEG; VAN BROEKHUIZEN, 2013; DIRKSEN et al., 2013). A principal questão era se todos os estabelecimentos agrícolas tinham sido afetados da mesma forma ou se alguns deles se saíram melhor durante o período difícil. As análises foram baseadas em amostras constantes que cobriram um período de 4 anos (2007-2010). Assim, os efeitos da queda de preços puderam ser comparados com os dos anos anteriores e posteriores. Como se tratava de amostras constantes, cada estabelecimento podia ser acompanhado ao longo do tempo, o que permitiu a investigação dos efeitos diferenciais.

Oostindie et al, calcularam o valor agregado líquido (VA) por 100 kg de leite para cada estabelecimento em 2009, o ano mais crítico. Em seguida, a amostra como um todo foi dividida em quatro grupos (VA/100 kg de leite muito acima da média; acima da média; abaixo da média; muito abaixo da média) para após calcular o VA/100 kg de leite, para os mesmos grupos, nos outros anos. A síntese dos resultados pode ser encontrada na Figura 5, que mostra os resultados para os dois grupos mais contrastantes: estabelecimentos com VA/100 kg de leite em 2019 muito acima da média (com n = 204) e estabelecimentos com VA/100 kg de leite muito abaixo da média (com n = 178) .

Figura 5. Diferentes níveis de VA/100 kg em 2007–2010.



Essa pesquisa exploratória inicial permitiu identificar três pontos importantes. Primeiramente, mostrou que em 2009, o ano de crise mais profunda, ocorreram grandes diferenças no VA/100 kg de leite. Estes variaram de - 9,70 euros por 100 kg de leite (um fluxo de caixa bastante negativo) a +14,55 euros/100 kg de leite.

Em segundo lugar, o estudo revelou que essas diferenças expressavam tendências estabelecidas. Um dos grupos apresentou altos níveis de VA/100 kg de leite durante todo o período de 4 anos da pesquisa (antes, durante e depois da crise). Já o grupo cujo nível de VA já era baixo antes da crise (menos de 2 euros de margem de lucro) chegou a ficar no *vermelho* (VA negativo/100 kg de leite) e depois teve muita dificuldade para se recuperar. Este último grupo foi muito mais afetado pela crise. De 2007 a 2009, o VA/100 kg de leite caiu drasticamente em 11,30 euros, enquanto o outro grupo quase não sofreu alteração: VA/100 kg de leite diminuiu apenas 1,79 euros. Tudo se passou como se os dois grupos estivessem em planetas diferentes!

Uma análise adicional mostrou que o grupo que foi capaz de resistir ao impacto da queda de preços era composto por estabelecimentos um pouco menores, com um contingente maior de trabalhadores do que aqueles que verificaram fluxos de caixa negativos. A quantidade de leite produzida por unidade de força de trabalho no último grupo foi 35% maior do que no primeiro. Isto esteve fortemente associado a diferentes níveis de mecanização e automação (as depreciações no grupo resiliente foram de 5,61 euros/100 kg de leite enquanto que no grupo vulnerável foram de 14,25 euros). Os níveis de dívida dos dois grupos também eram bastante diferentes: o grupo resiliente teve de reembolsar 2,19 euros/100 kg de leite em pagamentos de juros, em comparação com 7,15 no grupo vulnerável.

Esses dados deixam claro que o grupo resiliente era em grande parte composto por estabelecimentos agrícolas do tipo camponês, enquanto o segundo estrato representava o tipo empresarial de unidades produtivas: maiores, mais especializadas, fazendo mais uso de insumos externos e assumindo dívidas muito mais altas, que estavam associadas ao seu tamanho e nível tecnológico (OOSTINDIE; VAN DER PLOEG; VAN BROEKHUIZEN, 2013). A análise do segundo conjunto de dados (DIRKSEN et al., 2013) gerou re-

sultados comparáveis. De certa forma, a queda prolongada de preços virou o mundo de cabeça para baixo: com as pequenas unidades produtivas do estilo camponês tendo um desempenho muito melhor do que as grandes empresas.

Essa inversão inesperada deveria ter servido de alerta para promover uma reorientação das políticas agrícolas - tanto em âmbito nacional como supranacional. No entanto, a Comissão Europeia, os ministérios da agricultura, os sistemas de pesquisa (incluindo universidades agrícolas), o agronegócio e os bancos persistiram no apoio à trajetória hegemônica de desenvolvimento agrícola. Os bancos, por exemplo, decidiram refinar as dívidas das grandes empresas agrícolas de alta tecnologia e, com isso, as salvou.

Os dois setores agrícolas mais *modernizados* na Europa (os da Dinamarca e da Holanda) têm níveis de dívida extremamente elevados. Na Holanda, a dívida total dos estabelecimentos agrícolas com o principal banco agrícola (banco RABO) é de aproximadamente 30 bilhões de euros. Ao somar as dívidas que mantêm com outros bancos (como ABN-AMRO e ING), suas dívidas totais podem chegar a cerca de 35 bilhões de euros (excluindo dívidas contraídas dentro das famílias). Essas dívidas estão principalmente (embora não exclusivamente) concentradas em grandes estabelecimentos agrícolas, que empregam tecnologias modernas, estão em rápida expansão e operam no estilo empresarial. Esse tipo de unidade produtiva tem margens de rentabilidade relativamente baixas (ver Figura 5) e quase nenhum mecanismo para amortecer os impactos. Portanto, são altamente vulneráveis. As reduções no preço dos produtores que surgiram como consequência do surto de Covid-19 (a empresa Friesland Campina, por exemplo, acabou de determinar a redução do preço que paga por 100 kg de leite de 35 para 32,50 euros)<sup>17</sup> podem levá-los ao colapso. A LTO, o sindicato nacional dos agricultores holandeses, já requisitou bilhões de euros para apoio econômico extra<sup>18</sup>, embora não se saiba ao certo se tal apoio será concedido. Os bancos não são mais capazes de fazer isso e o governo está ciente do desconforto generalizado da sociedade com a *agricultura industrial*, associada à crise climática, a ameaças à natureza e à biodiversidade, a baixos níveis de bem-estar animal e à ameaça de gerar surtos de doenças zoonóticas que podem prejudicar seriamente a saúde pública (como ocorreu na Holanda com a febre Q<sup>19</sup>).

As complexas relações micro-macro complicam a análise das questões agrárias. Não se pode simplesmente projetar (ou extrapolar) soluções que são válidas para uma determinada empresa agrícola e querer que sejam válidas também na escala de um sistema agrícola como um todo - ou o contrário. Isso gera falsas conclusões. Uma crise no nível micro das unidades produtivas do tipo empresariais (enfrentando fluxos de caixa negativos) não significa necessariamente que o setor agrícola como um todo entrará em colapso. Talvez sim, talvez não (como a história frequentemente demonstrou)<sup>20</sup>. Tudo depende de mecanismos intermediários, alguns dos quais discutirei a seguir.

Se um grupo de propriedades agrícolas quebrasse, provavelmente resultaria em um contexto de baixa nos preços da terra. Isso teria um impacto sobre outras categorias de propriedades agrícolas (menos endividadas) que teriam sua solvência drasticamente reduzida (pois a queda no valor das terras provocaria uma redução imediata da relação entre suas dívidas e o capital próprio). Consequentemente, esses estabelecimentos agrícolas também entrariam na zona de perigo. Este é mais um mecanismo oculto de desativação. No passado, isso poderia ser contido por meio de intervenções dos bancos. Hoje em dia, o repertório de medidas de mediação está se aproximando rapidamente de seu esgotamento. Os canhões já foram disparados, estão superaquecidos e impróprios para continuarem a ser usados. Isso significa que todo o peso da crise político-econômica que agora se instala será pago pelas próprias unidades empresariais de grande porte<sup>21</sup>.

<sup>17</sup> Isso pode parecer, à primeira vista, uma queda relativamente pequena. Mas em relação à margem de ganho dessas grandes unidades agrícolas empresariais por 100 kg de leite, é uma queda considerável e, em alguns casos, desastrosa.

<sup>18</sup> Isso seria algo adicional ao apoio financeiro que vem da Política Agrícola Comum, destinado em grande parte aos maiores estabelecimentos agrícolas.

<sup>19</sup> Infecção bacteriana (*Coxiella burnetii*) em animais domésticos que pode ser transmitida a humanos. Em 2009, milhares de cabras e ovelhas foram abatidas por determinação do governo holandês com o objetivo de evitar a propagação da epidemia de febre Q (Nota do Editor)

<sup>20</sup> Durante a crise de 1880, a maioria dos estabelecimentos agrícolas capitalistas na Holanda quebrou. Isso desencadeou uma onda de recam-pesinização (novas pequenas unidades produtivas camponesas surgindo em todo lugar), o que fortaleceu consideravelmente o setor agrícola como um todo. O mesmo poderia ser dito sobre o colapso das cooperativas agrícolas controladas pelo Estado no Peru (que ruíram durante anos 1990, dando origem à formação de muitas novas propriedades camponesas) e o desmantelamento de comunas na China (após o levante de Anhui em 1978) e a implosão dos sovchozes na Rússia. Edelman e Seligson (1994) descrevem como a desintegração de estabelecimentos agrícolas opulentos na Costa Rica deu origem a muitas novas pequenas unidades camponesas (ver também BERG; HEBINCK; ROEP, 2018; CLIFFE et al., 2011).

<sup>21</sup> A menos que o Estado intervenha (como já fez para as empresas produtoras de flores), ainda não se sabe se isso pode ser feito para setores

No entanto, elas não têm condições de pagar e isso vai desencadear um cenário que já era temido há muitos anos: grandes empresas quebrando, pressionando os preços das terras para baixo e levando mais estabelecimentos à crise. O que é novo na situação atual é que uma onda de empresas quebrando poderá induzir ondas subsequentes de apropriação massiva (*land grabbing*): uma concentração de terras nas mãos de grupos de capitais que buscam, mais do que nunca, refúgios seguros para localizar seu capital<sup>22</sup>. Ao mesmo tempo, outros mecanismos intermediários podem surgir, tais como movimentos populistas que forcem o Estado a canalizar recursos públicos para as grandes empresas em crise ou pressões repentinas exigindo maior abastecimento local e autossuficiência nacional (quando medidas protecionistas provocam uma *guerra alimentar*). Tudo isso pode conter - pelo menos temporariamente - uma crise do setor agrícola como um todo. É claro que cada país adotará uma combinação específica de mecanismos intermediários *positivos e negativos* (considerando o papel e a força dos movimentos camponeses).

## Sobre a agilidade necessária para saídas estratégicas adequadas

A crítica à agricultura industrial já é bem desenvolvida. Vários dos aspectos criticados ganharam grande visibilidade agora, durante a crise da Covid-19, por integrarem os principais mecanismos que transformaram a crise sanitária em uma crise político-econômica ampla, complexa e persistente. As mesmas características também implicam que um retorno à *normalidade* será um processo demorado, difícil e doloroso que trará custos adicionais astronômicos. Em várias situações, essa retomada pode acabar sendo totalmente impossível. A Tabela I resume as características que, no âmbito dos sistemas alimentares como um todo, ajudaram a agravar a crise e que irão, em algum momento futuro, dificultar a recuperação ou regresso ao normal dos negócios.

### Tabela I. As principais fragilidades do sistema alimentar hegemônico.

Globalização acelerada com um conjunto cada vez mais amplo de fatores geradores de dependência
Intensificação da alimentação artificializada, com riscos associados para a saúde pública
Subordinação da produção, do processamento, da distribuição e, até certo ponto, do consumo de alimentos ao capital financeiro (financeirização)
Persistente negligência e marginalização em relação à agricultura camponesa
Progressiva dissociação entre a agricultura e a natureza viva
Redução drástica nas taxas de emprego, precarização do trabalho e baixa atratividade da agricultura para a juventude
Alta dependência de apoio estatal
Agricultura ao mesmo tempo suscetível e geradora de doenças
Desperdício de grandes porções de terras agricultáveis do mundo com pecuária extensiva ou para produção de grãos para sustentar a pecuária intensiva (WEIS, 2013)

Tais características, especialmente quando consideradas em conjunto, induzem a uma considerável rigidez e “dependência de trajetória”<sup>23</sup> das dinâmicas de inovação técnica e institucional. Juntas, elas compõem uma trama de dependências que será difícil desemaranhar - ainda mais porque as forças político-econômicas que impulsionaram esses processos subjacentes certamente vão atuar para viabilizar o retorno e mesmo a intensificação dessas tendências.

Ao nível das empresas agrícolas individuais (especialmente as grandes explorações agrícolas empresariais que costumavam ser o foco preferencial das políticas agrícolas), existe uma rigidez considerável

muito maiores, como a pecuária leiteira, a pecuária intensiva e a horticultura.

<sup>22</sup> Esse perigo foi debatido há alguns anos no Parlamento Europeu e no Conselho das Regiões Europeias. Constatou-se que a Comissão Europeia nem sequer tem um mecanismo (um observatório) para registrar a apropriação maciça de terras. Isso pode muito bem passar despercebido - até que seja tarde demais.

<sup>23</sup> O conceito de “dependência de trajetória” (*path-dependence*, em inglês), originalmente proposto por economistas, é um recurso analítico para a compreensão da influência de arranjos sociotécnicos estabelecidos sobre o futuro desenvolvimento de eventos particulares e processos sociais mais amplos. Uma vez iniciada uma trajetória de desenvolvimento, os custos para abandoná-la são elevados em função dos variados mecanismos geradores de dependência envolvidos (Nota do Editor).

**... costuma-se presumir que quanto maior  
uma empresa agrícola, melhor ela será.  
As políticas agrícolas apoiam ativamente  
o aumento da escala dessas empresas por  
meio de uma gama de instrumentos...**

que comprometerá a necessária recuperação. Esse tipo de empresas não têm a agilidade para lidar com as ruínas que sobrarão após a crise gerada pela pandemia.

Tomemos, por exemplo, o tamanho e a escala dos estabelecimentos agrícolas empresariais<sup>24</sup>. No discurso hegemônico, costuma-se presumir que quanto maior uma empresa agrícola, melhor ela será. As políticas agrícolas apoiam ativamente o aumento da escala dessas empresas, por meio de uma gama de instrumentos que incluem não apenas a garantia de preços mínimos, subsídios e benefícios fiscais, mas também políticas ambientais permissivas, ordenamento do território e mecanismos de apoio à pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Todas essas políticas são concatenadas com as necessidades e dinâmicas das grandes empresas agrícolas. O mesmo se aplica a setores de abastecimento. Uma vez que os grandes estabelecimentos agrícolas (devido ao seu perfil tecnológico específico) adquirem proporcionalmente mais insumos (e meios de produção mais sofisticados), as empresas de fornecimento de insumos lhes conferem um desconto considerável, estimulando o crescimento de escala. Os bancos também são mais favoráveis às grandes propriedades agrícolas. As indústrias de processamento de alimentos (e grandes empresas comerciais) também beneficiam preferencialmente essas grandes unidades produtivas. Como os custos de transação são menores quando se trabalha com essas grandes empresas, os bancos oferecem prêmios extras para grandes volumes de produção (por essa razão, o agronegócio opera como um mecanismo de redistribuição em benefício de um pequeno grupo de grandes propriedades e em detrimento de muitas pequenas). É diante dessas condições que a grande propriedade assume publicamente a imagem de superior - tanto material quanto simbólica.

No entanto, em tempos de turbulência, ocorre exatamente o oposto. O tamanho da empresa subitamente parece ser uma desvantagem considerável. Ter uma grande empresa significa assumir altos custos fixos que impedem adaptações de longo alcance na organização da produção. Implica também que os volumes de produção sejam demasiadamente grandes para abastecer apenas os mercados locais e regionais. O *mercado mundial* continua a ser indispensável - ainda mais quando a produção é altamente especializada (limitada a um ou dois produtos). O tamanho do estabelecimento (em combinação com os elevados custos fixos e dívidas) também tem implicações sobre o fato de que se torna impensável a reinicialização paulatina do sistema (começando com volumes limitados e, em seguida, um crescimento passo a passo, a fim de explorar a nova situação do mercado). No caso das frutas e legumes, a retomada das grandes explorações leva subitamente a recorrer a trabalhadores migrantes. Não é certo, contudo, se elas estarão dispostas a voltar atrás<sup>25</sup>.

<sup>24</sup> O tamanho se refere à extensão de um estabelecimento agrícola que geralmente é expresso em hectares ou em número de animais ou em termos de porte econômico. A escala se refere à relação entre o tamanho da propriedade e a força de trabalho envolvida. O tamanho é expresso em termos absolutos. Já a escala, é relacional.

<sup>25</sup> Isso acontece de várias formas. No Brasil, na Argentina e em outros países da América do Sul e Central, ocorre uma anistia geral das dívidas após períodos de recessão (principalmente para grandes empresas que atuam na produção para exportação). Na União Europeia, por sua vez, as empresas agrícolas recebem pagamentos por hectare, o que novamente beneficia mais as grandes propriedades. Já nos EUA, a lei agrícola (*Farm Bill*) permite destinar grandes quantias de dinheiro público a grandes empresas.

Em suma, os grandes estabelecimentos agrícolas não são capazes de imprimir a agilidade necessária para a reconstrução na era pós-pandemia. Elas vão tropeçar em seu próprio tamanho.

Por outro lado, a agricultura camponesa provou, ao longo da história, grande capacidade de rápida recuperação após choques externos. A capacidade de recuperação da agricultura após o furacão Mitch na América Central (HOLT-GIMÉNEZ, 2002) e o devastador terremoto em Sichuan, na China (JIN, 2014), são apenas alguns exemplos contemporâneos<sup>26</sup>, embora tal resiliência tenha sido fragilizada em vários lugares. Depende muito de como os cidadãos, trabalhadores, agricultores e o Estado se relacionam. Em termos analíticos, a capacidade de reagir de forma ágil está associada à base de recursos autocontrolada reproduzida permanentemente dentro da própria unidade produtiva. Essa capacidade depende muito também da história, das relações campo-cidade, do vigor dos repertórios culturais e, certamente, das relações Estado-campesinato.

## Em busca de alternativas

Os sistemas alimentares do período pós-pandemia serão caracterizados por uma série de contradições. Algumas são totalmente novas, outras são novas versões de antigas. Vou discutir seis dessas contradições. Todas se aplicam ao domínio da alimentação e da agricultura, embora algumas tenham abrangência mais ampla.

Em primeiro lugar, a crise da Covid-19 marca a passagem definitiva para a era em que os ganhos econômicos realizados nos domínios da alimentação e da agricultura serão privatizados, enquanto as perdas socializadas. Há um crescente descontentamento público em relação a essa situação.

Em segundo lugar, haverá, na era pós-pandemia, um empobrecimento contínuo dentro da economia real (especialmente para os agricultores, trabalhadores nas indústrias alimentícias e no setor do grande varejo, bem como para os consumidores que enfrentarão preços de alimentos mais elevados), enquanto os impérios alimentares se beneficiarão da acumulação e da concentração da riqueza.

Terceiro, as atividades econômicas e as vidas de muitas pessoas (especialmente, mas não apenas, as que não têm sua própria base de recursos autocontrolada) serão conduzidas à insegurança sistêmica. As rendas temporárias podem até ser mantidas para as atividades econômicas que estiverem (temporariamente) inseridas nos processos de acumulação de capital. Mas a insegurança se tornará crônica. O resultado é que a precariedade passará a ser condição de muitos.

Quarto, o mundo continuará a vivenciar essa combinação abjeta e desumana de desnutrição, fome e inanição de um lado e desperdício massivo de alimentos do outro. É doloroso saber que essas perdas são legitimadas como um mecanismo necessário para *salvar o livre mercado*.

Quinto, grandes quantidades de trabalhadores pobres (migrantes) estarão procurando trabalho sazonal na agricultura para sobreviver. Apesar de serem essenciais para viabilizar economicamente determinados tipos de empresas agrícolas, esses trabalhadores são perseguidos e hostilizados para chegarem a seus locais de trabalho.

Sexto, embora existam grandes possibilidades de reorganizar a produção, o processamento, a circulação e o consumo de alimentos a partir da implementação de soluções novas, potentes e locais (que provaram mais uma vez sua viabilidade em tempos da crise da Covid-19), as forças hegemônicas tentarão restaurar dinâmicas antigas, aumentando assim as chances de voltarmos a passar por crises semelhantes. No entanto, o tal *retorno ao normal* provavelmente irá na contramão do que reivindica a sociedade civil, ou seja, a democratização dos sistemas alimentares.

Na busca de alternativas que nos permitam ir além dessas contradições, é importante partir de contrapontos que foram desenvolvidos nas últimas décadas e que, durante a atual pandemia da Covid-19, estão se mostrando relevantes mais do que nunca. Discutirei brevemente três desses contrapontos: soberania alimentar, os mercados territoriais e a agricultura camponesa.

<sup>26</sup> Diante da crise sanitária da Covid-19, autoridades locais e camponeses da China decidiram, em muitos lugares, aumentar imediatamente a produção. No caso do arroz, por exemplo, passou-se de uma safra para duas por ano, além de começarem a cultivar terras ociosas. Wen (2020) destaca o papel das áreas rurais na China durante a atual pandemia.

## Soberania alimentar

A crise da Covid-19 mostra que a situação atual, em que as nações são ao mesmo tempo dependentes de importações e de exportações de alimentos, só pode resultar em grave escassez e/ou grandes excedentes<sup>27</sup>. Ambos cenários geram impactos desastrosos e provavelmente duradouros - especialmente porque aumentam a situação de precariedade e, assim, acentuam a crise. Nesse contexto, as lutas pela soberania alimentar (NYÉLÉNI, 2009; HOLT-GIMÉNEZ; PATEL, 2009; BORRAS et al., 2014; 2015; MCMICHAEL, 2014; SHATTUCK; SCHIAVONI; VANGELDER, 2017) vêm à tona como um contraponto estratégico.

É evidente que a divisão espacial do trabalho que existe atualmente na agricultura global não deveria ser simplesmente restaurada após a crise da Covid-19. É imperativo que ocorra uma redistribuição das atividades agrícolas a fim de garantir que cada país (com algumas exceções específicas) produza a maior parte (digamos 90%) de todos os alimentos de que precisam. São ridículos os argumentos que afirmam que a *segurança alimentar* será garantida por meio do *livre mercado*. A crise da Covid-19 mostra claramente que os mercados de hoje estão apenas aumentando os problemas: em vez de atenuar, contribuem para aumentar a escassez de comida e a fome. A crise também evidencia a vulnerabilidade estrutural de muitos milhões que não conseguem gerar renda de forma relativamente autônoma. A precariedade não é mais aceitável - não poderemos seguir com a ideia de restaurar as formas ainda dominantes da agricultura industrializada em grande escala e, de forma interconectada, continuar com a marginalização da agricultura camponesa. Não pode haver um simples retorno ao *normal*. Qualquer que seja a configuração dos sistemas agroalimentares no futuro, é essencial que além da produção de alimentos, eles gerem altos níveis de ocupação e meios de vida dignos. Somente assim a pobreza poderá ser reduzida e a resiliência a choques externos incrementada<sup>28</sup>. A necessidade de mitigar as mudanças climáticas é um fator a mais que aponta que a agroecologia deve se tornar o princípio norteador da produção agrícola mundial. As características da agroecologia se relacionam claramente com o conceito de soberania alimentar desenvolvido nas últimas décadas pela Via Campesina, a principal rede internacional de movimentos camponeses (DESMARAI, 2007; EDELMAN; BORRAS, 2016).

## Mercados territoriais

Os mercados territoriais (e o processamento da produção realizado nas próprias unidades produtivas) representam uma importante antítese dos impérios alimentares. Os mercados territoriais (PLOGG; YE; SCHNEIDER, 2012), sejam eles as tradicionais feiras de rua ou as formas recém-criadas de comércio eletrônico, são circuitos por meio dos quais os alimentos não artificializados (ou seja, produtos agrícolas genuínos, frescos e integrais) são comercializados diretamente entre produtores e consumidores. As transações são realizadas (ou *enraizadas*) a partir de expectativas mútuas e definições compartilhadas do que significa qualidade e preço justo. Crédito, seguros de crédito comercial, *factoring* e avaliação de risco de crédito são mecanismos que não têm nenhuma relevância nesse tipo de mercado. Os mercados territoriais não são voltados para produzir lucros para impulsionar a acumulação de capital. Eles visam produzir níveis aceitáveis de renda para os atores envolvidos (produtores, comerciantes) e fornecer alimentos saudáveis a preços razoáveis para os consumidores. Na maioria das vezes, esses mercados são como bens comuns: não são propriedade de atores privados e não estão à venda. Podem se desenvolver e se tornar partes fortes e sólidas das economias regionais (SCHERMER, 2017). Em muitos lugares, são o principal circuito de abastecimento de alimentos. Além disso, geram e sustentam uma quantidade considerável de empregos.

É muito significativo que, durante os primeiros meses da crise da Covid-19, os mercados territoriais tenham se tornado, em quase todo o mundo, focos de contestação e luta. Em muitos lugares, as autoridades tentaram fechar mercados populares, por serem considerados redutos de *anarquismo*. A impossibilidade de manter o distanciamento social costumava ser o principal argumento para o fechamento. Por outro lado, em muitos desses mercados, as capacidades auto-organizacionais dos atores envolvidos conseguiram

<sup>27</sup> Assim, repentinamente, houve nos EUA um excedente de batatas fritas congeladas. Ao mesmo tempo, os supermercados sofreram com a escassez de batatas fritas. É exemplar para a crise atual: grandes excedentes e carências caminhando lado a lado em muitos casos. Isso também se deve ao alto grau de especialização das cadeias produtivas e, de forma associada, à rigidez em suas logísticas.

<sup>28</sup> No mundo pré-pandemia, cerca de 50% das pessoas pobres do mundo (vivendo com menos do que o proverbial um dólar por dia) viviam em zonas rurais (IFAD, 2010).

rapidamente desenvolver variadas soluções aos desafios postos pela necessidade de isolamento social. Em Porto Alegre, no Brasil, por exemplo, ativistas ocuparam ruas vizinhas para que as feiras tivessem espaço suficiente para garantir o distanciamento social. No País Basco francês, os mercados tornaram-se ruas de mão única, com apenas um ponto de entrada e saída, e foram ampliados para permitir o distanciamento social adequado (além disso, os vendedores de alimentos também poderiam ocupar o espaço normalmente utilizado por comerciantes que não vendem alimentos, os quais não tinham permissão para participar). Em muitas partes do mundo, a entrega em domicílio (do mercado territorial até as casas dos clientes) expandiu-se rapidamente. A Via Campesina apoiou o fortalecimento desses mercados. Na Espanha, o *manifesto para a defesa da produção camponesa* propõe uma extensão ainda maior dos mercados camponeses e foi assinado e apoiado por centenas de ONGs<sup>29</sup>. *Campi aperti* (Campos Abertos) em Bolonha, Itália, organizou entregas em domicílio para responder ao fechamento dos mercados agrícolas<sup>30</sup>. *Bienvenue à la ferme* (Bem-vindo à fazenda), a organização francesa para a comercialização direta de alimentos, criou o *Drive fermier* (uma espécie de *drive-in camponês*), com novos pontos de venda nas cidades. Na China, houve uma rápida expansão do comércio eletrônico por camponeses e cooperativas camponesas. Essas novas iniciativas foram desenvolvidas tendo como base as experiências obtidas anteriormente durante a construção de mercados camponeses (WU; DING; YE, 2015). A importância política de todas essas e de muitas outras iniciativas reside no fato de que demonstram que existem muitas alternativas sólidas às cadeias alimentares dominantes. Assim, todo mercado territorial representa uma ruptura visível, material e simbólica na hegemonia das cadeias alimentares, dos circuitos dos grandes supermercados e, de forma mais geral, do controle do capital sobre a distribuição de alimentos.

## Agricultura camponesa

A agricultura camponesa é um contraponto evidente à fragilidade da agricultura empresarial em grande escala. Está manifestamente presente na realidade empírica, fortemente enraizada nos movimentos sociais, mas tem sido ao mesmo tempo negligenciada pelas visões hegemônicas (PLOEG, 2018). Vivendo na marginalização por décadas, a agricultura camponesa resistiu e ainda se renovou. A noção de agricultura camponesa refere-se àquelas unidades agrícolas (familiares) que operam com baixos níveis de custo monetário devido (como gostaríamos de propor) ao seu modo *proto-agroecológico* de agricultura, em que a coprodução entre o ser humano e a natureza viva é central. Consequentemente, os níveis de renda são relativamente altos e, acima de tudo, relativamente estáveis (PLOEG et al., 2019b). Existe, por assim dizer, uma resiliência inerente que se deve ao baixo uso de insumos externos, aos policultivos associados aos criatórios e à centralidade do trabalho qualificado. Em termos analíticos mais clássicos: o grau de mercantilização é baixo e isso contribui para que atravessem tempos difíceis e turbulentos (PLOEG, 2010). Essas mesmas unidades camponesas tentam evitar altos níveis de dependência financeira dos bancos. Muitos vão preferir se envolver em atividades multifuncionais (que incrementam ainda mais a renda familiar total). Além disso, o estabelecimento de relações de cooperação com outros agricultores é a regra, e não a exceção (LUCAS et al., 2014). Unidades agrícolas como essas em geral produzem principalmente (ou apenas) para os mercados nacionais, regionais ou mesmo locais (WILKINSON, 2004). Muitas delas comercializam sua produção em mercados territoriais<sup>31</sup>. Os jovens (os de origem rural ou não) têm, nas últimas décadas, desenvolvido ainda mais o repertório das práticas agroecológicas para assegurar a continuidade e aumentar a resiliência dessas unidades produtivas (MOREL; SAN CRISTOBAL; LÉGER, 2018).

Unidades camponesas provavelmente se sairão relativamente bem na crise político-econômica provocada pela pandemia da Covid-19, embora haja também indícios preocupantes de que em algumas partes do mundo (como nos EUA) eles não sobreviverão à crise. Esses estabelecimentos são dimensionados de acordo com a força de trabalho disponível na família. Portanto, não há necessidade de mobilizar trabalhadores assalariados. As unidades camponesas dispõem (da maior parte) dos recursos necessários para a produção (são autossuficientes) e frequentemente comercializam diretamente pelo menos parte de sua

<sup>29</sup> Ver <<https://soberaniaalimentaria.info/otros-documentos/luchas/728-movilizacion-sin-precedentes-a-favor-de-la-alimentacion-de-proximidad>>.

<sup>30</sup> Ver <[https://bologna.repubblica.it/cronaca/2020/03/16/news/mercato\\_campi\\_aperti-251421413/](https://bologna.repubblica.it/cronaca/2020/03/16/news/mercato_campi_aperti-251421413/)> e <<https://www.drive-fermier.fr/>>.

<sup>31</sup> A presença de circuitos curtos e relações diretas entre produtores e varejistas está contribuindo para a estabilização dos preços e a garantia da continuidade do abastecimento alimentar na escala dos territórios.

produção. Nos marcos do *Projeto de Modernização*, tais características são consideradas como sinais de fraqueza e atraso (*legados do passado*). Mas em tempos de Covid-19, elas ressurgem como a materialização da resiliência.

Será especialmente importante no contexto pós-pandemia a capacidade de a agricultura camponesa gerar níveis relativamente altos de emprego e mantê-los ao longo do tempo (ver a Tabela 2 para uma ilustração disso). Em 1987, pesquisas realizadas na Holanda mostraram que a agricultura camponesa gerava 40% mais empregos do que a agricultura empresarial para produzir a mesma quantidade de leite (os níveis de renda por unidade de força de trabalho eram praticamente os mesmos). Com o passar do tempo, essa diferença foi ampliada consideravelmente. Em 2010, subiu a 73% (sendo que, novamente, os níveis de renda eram iguais por unidade de força de trabalho). Por meio da geração considerável de empregos, a agricultura camponesa fortalece a economia real e, mais especificamente, ajuda a reduzir a precariedade.

**Tabela 2. Níveis de emprego para diferentes estilos de agricultura em diferentes anos (emprego expresso em Unidades de Trabalho em Tempo Integral)**

	Para produzir 1 milhão de kg de leite (1987)	Para produzir 1 milhão de kg de leite (2010)
Agricultura do estilo camponês	3.5	3.3
Agricultura do estilo empresarial	2.5	1.9

Fonte: PLOEG et al., 1992; OOSTINDIE; VAN DER PLOEG; VAN BROEKHUIZEN, 2013.

## Conectando os componentes para a construção das alternativas

A agricultura camponesa é um ponto de partida formidável para as novas soluções tão necessárias para o período pós-pandêmico. Fornece a grande maioria dos alimentos consumidos no mundo e é capaz de sobreviver a períodos difíceis (LANGTHALER, 2012). Além disso, é avessa a assumir dívidas grandes e de longa duração, embora segmentos consideráveis dela estejam agora altamente endividados<sup>32</sup>. Através dos tempos, tem evitado estabelecer vínculos de dependência permanente aos mercados de insumos, serviços e capital. No entanto, ela é marginalizada em muitas partes do mundo e seus vínculos com os consumidores dependem cada vez mais de impérios alimentares, que se apropriam de parte importante dos frutos resultantes do árduo trabalho camponês. Embora a agricultura camponesa esteja relativamente próxima à agroecologia (ALTIERI; TOLEDO, 2011), em muitas partes do mundo ainda permanece a quilômetros de distância dos processos de transição agroecológica. Em síntese: a agricultura camponesa representa uma promessa para a reconstrução alimentar e agrícola da era pós-Covid-19 - mas também deve evoluir, da mesma forma que precisa ser apoiada por meio de processos de reforma agrária e de pesquisa e extensão agroecológicas.

Ao repensar o futuro que está por vir (e espero que chegue em breve), a agricultura camponesa, a soberania alimentar, os mercados territoriais e a Agroecologia surgem, como argumentei ao longo deste texto, como componentes importantes para construir a(s) alternativa(s) necessária(s). Ainda mais quando são considerados dois direitos humanos básicos subjacentes às lutas que visam construir essas alternativas. São eles o direito à alimentação adequada e saudável (que atualmente está fortemente ameaçado para os trabalhadores pobres e pessoas marginalizadas em todo o mundo, e mais ainda durante a crise da Covid-19) e o direito de escolher por si próprio a maneira como deseja trabalhar a terra<sup>33</sup>.

<sup>32</sup> Devido à “tesoura de preços” (tendência a aumento dos custos de produção e queda nos preços dos produtos) na agricultura e às tendências geradas pelos chamados programas de modernização, significativos segmentos da agricultura camponesa também se endividaram (ver, por exemplo, STOLL, 2010; TAYLOR, 2011). Isso muitas vezes levou à desativação de unidades de produção camponesas e prejudicou as relações internas em meio ao campesinato. No entanto, por meio de processos de recampesinização, essas tendências estão sendo revertidas em alguns lugares. Em geral, a agricultura camponesa está menos endividada e mais propensa a se engajar na construção de uma base de recursos autocontrolada, que inclui uma ênfase no autofinanciamento dos processos de desenvolvimento e de crescimento econômico (PLOEG, 2018).

<sup>33</sup> Este último direito é central na Declaração dos Direitos dos/as Camponeses/as, reconhecida pelas Nações Unidas em 2018 (ver CLAEYS; EDELMAN, 2020).

No entanto, devemos estar cientes de que a mera operação de juntar os componentes não garante automaticamente que o modelo construído será estável e coerente e que vá contribuir para a reorganização da desordem deixada pela crise atual. Esses componentes só conseguirão convencer e mobilizar as lutas por alternativas se forem coerentemente coordenados entre si.

Se olharmos para eles através dessa perspectiva, veremos aparecer três lacunas consideráveis a serem enfrentadas. Cada uma representa uma série de incertezas, incógnitas, questões e desafios. Juntas, constituem um programa estratégico de pesquisa e debate.

A primeira lacuna diz respeito às interrelações entre os diferentes componentes. Ao relacionar, digamos, o conceito de soberania alimentar (que se aplica especialmente ao âmbito nacional) à agricultura camponesa (na qual é central o nível micro das propriedades individuais, embora geralmente cooperantes), torna-se claro que em muitas situações os dois componentes não se encaixarão perfeitamente (por exemplo, em estabelecimentos familiares dedicados a produzir principal ou exclusivamente para a exportação, ou, como ocorre hoje em dia, a *cultivos flexíveis*<sup>34</sup> cuja função principal é conferir o máximo de flexibilidade ao capital). Nesse sentido, para levar a sério a soberania alimentar, torna-se necessário em várias situações reorganizar a agricultura familiar (por exemplo, mudando a composição dos sistemas de produção). Esse aspecto se aplica principalmente quando são consideradas as exigências peculiares dos mercados territoriais. Algumas questões a esse respeito são levantadas:

- Como assegurar que os estabelecimentos agrícolas camponeses que comercializam suas produções em determinados mercados territoriais forneçam alimentos suficientes para abastecer a população que depende desses mercados?
- Como garantir que haja diversidade suficiente nos produtos alimentícios fornecidos?
- Como controlar os níveis de qualidade e de preço da produção alimentar escoada nesses mercados?

Quando a atenção se volta as escalas regional e/ou nacional, outras questões surgem. Por exemplo: Como diferentes mercados territoriais podem cooperar entre si<sup>35</sup>? Como, juntos, podem garantir a soberania alimentar?

Quando abordamos a questão da agricultura camponesa, surge outra gama de questões:

- O que acontecerá, por exemplo, aos milhões de trabalhadores rurais (migrantes)<sup>36</sup>?
- É possível criar novas unidades de produção camponesas, suficientes para atender à demanda alimentar, ou as unidades existentes podem responder a essa necessidade?
- Qual é a implicação das diferenças de tamanho e de escala atualmente existentes na agricultura camponesa? Como lidar com as heterogeneidades regionais?
- Como podem as fragilidades no nível micro ser equilibradas com aquelas no nível macro?

É preciso reconhecer honestamente que ainda estamos muito longe de darmos respostas adequadas a esse conjunto de questões<sup>38</sup>. A boa notícia, porém, é que esse mesmo leque de questões (e muitas outras relacionadas) constitui uma agenda estimulante e altamente relevante para a pesquisa e o debate público.

34 Cultivos flexíveis (FlexCrops, em inglês) correspondem às produções agrícolas que podem servir a diferentes finalidades econômicas no sistema industrial-financeiro. Podem tanto assumir a função de um ativo financeiro especulativo nas bolsas de valores internacionais, como ser comercializados como insumos para diferentes setores industriais, como biocombustíveis, cosméticos, produtos químicos e outros (Nota do Editor).

35 A Rede Ecológica de Agroecologia desenvolveu um rico repertório de respostas para essa pergunta. O vídeo “O Circuito”, produzido pela Articulação Nacional de Agroecologia apresenta um exemplo eloquente a esse respeito (ver em: <https://agroecologia.org.br/2015/11/04/o-circuito/>) (Nota do Editor).

36 É promissor que a Declaração dos Direitos dos/as camponeses/as das Nações Unidas, ativamente promovida pela Via Campesina, considere como equivalentes camponeses e trabalhadores rurais.

37 A esse respeito, é revelador que trabalhadores migrantes na China, que anteriormente transferiram suas terras, tenham enfrentado problemas significativos ao retornar para suas comunidades como consequência do surto de Covid-19. Somente onde a terra permaneceu cultivada pela família, os trabalhadores migrantes puderam voltar a participar na produção agrícola. Isso mostra que a terra e a agricultura permanecem como elementos centrais para a segurança econômica das famílias e para a geração de postos de trabalho.

38 Elementos importantes para tais respostas já foram propostos, por exemplo, por AGARWAL, 2014; BURNETT; MURPHY, 2014; HENDERSON, 2017; MCKAY; NEHRING; WALSH-DILLEY, 2014; MASSON; PAULOS; BEAULIEU BASTIEN, 2017; PAHNKE, 2015; SCHIAVONI, 2017; TRAUGER, 2014.

Processos de pesquisa-ação dedicados a investigar as novas práticas certamente oferecerão muitos novos *insights*. A esse respeito, Walden Bello está absolutamente certo quando afirma que:

*Um novo paradigma [nunca] nasce perfeito. O que lhe dá impulso são as crises irreversíveis do antigo paradigma e a convicção de uma massa crítica de pessoas de que é a única forma de superar os problemas do antigo sistema e abrir novas possibilidades de realização de valores que as pessoas prezam. [...] As perguntas não respondidas só podem ser respondidas e as ambiguidades e contradições só podem ser resolvidas por meio da prática, pois a prática sempre foi a mãe das possibilidades (BELLO, 2020, p. 13).*

Para encontrar maneiras de preencher as diversas lacunas existentes entre esses diferentes componentes, será essencial o envolvimento do Estado. Os movimentos sociais (inclusive os movimentos camponeses) não podem resolver essas questões por si próprios ou impor materialmente novas soluções nas interfaces entre os diferentes componentes (entre a agricultura camponesa, os mercados territoriais, a soberania alimentar e a agroecologia). No entanto, os movimentos sociais também são essenciais, pois os Estados também não podem resolver por si sós. Contudo, não está claro o que os Estados devem fazer e como podem fazê-lo. Essa é a segunda lacuna. Experiências com políticas públicas que não sejam as de abordagens centralizadas e já conhecidas, que apresentam esquemas regulatórios rígidos e burocraticamente administrados e formas altamente expansivas de intervenção no mercado parecem irrelevantes e contraproducentes diante dos desafios colocados pelo novo contexto. A maioria dos países tem muito pouca experiência no estabelecimento de regras para autorregulação local e regional (e esquemas relacionados de redistribuição) e na garantia de mecanismos democráticos para estabelecer os equilíbrios corretos em diferentes escalas geográficas. Aqui, novamente, pesquisa crítica e debate são necessários. O que os movimentos sociais real e concretamente podem exigir do Estado? É mais urgente do que nunca que os movimentos sociais desenvolvam a capacidade de exigir do Estado as respostas necessárias.

Isso leva à terceira lacuna. Como o Estado e os movimentos sociais podem, na prática, efetivamente cooperarem e se fortalecerem mutuamente? O que podem oferecer um ao outro? E que capacidades sinérgicas possuem? O que as experiências históricas podem nos ensinar? Essas são perguntas novas e nada fáceis. Mas, enfim, há todo um mundo a ser construído.

---

## Referências

---

- AGARWAL, B. Food Sovereignty, Food Security and Democratic Choice: Critical Contradictions, Difficult Conciliations. **Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 1247-1268, 2014.
- AKRAM LODI, A. Accelerating Towards Food Sovereignty. *Third World Quarterly*, v. 36, n. 3, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01436597.2015.1002989?src=recsys>. Acesso em: 12 abril 2020.
- ALTIERI, M. A.; TOLEDO, V. M. The Agroecological Revolution in Latin America: Rescuing Nature, Ensuring Food Sovereignty and Empowering Peasants. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011.
- BEASLY, D. **Statement to UN Security Council**. New York. 2020. Disponível em: <http://www.wfp.org/news/wfp-chief-warns-hunger-pandemic-covid-19-spreads-statement-un-security-council>. Acesso em: 12 abril 2020.
- BECKERT, Jens. Fictional Expectations and Capitalist Dynamics. In: ASPERS, P.; DODD, N. (Ed.). **Re-imagining Economic Sociology**. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 57-78.
- BELLO, W. **Never let a Good Crisis go to Waste**. The Covid-19 Pandemic and the Opportunity for Food Sovereignty. Amsterdã: TNI, 2020.
- BERG, L. VAN DEN; HEBINCK, P.; ROEP, D. We go Back to the Land: Processes of Repeasantization in Araponga, Brazil. **Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 3-4, p. 653-676, 2018.
- BONNER, W.; WIGGIN, A. **The New Empire of Debt**. 2. ed. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, Inc., 2009

- BOOT, A. W. A. **De Ontwortelde Onderneming, Ondernemingen Overgeleverd aan Financiers?** Assen: Royal van Gorcum, 2009.
- BORRAS, S. Jr., ALONSO-FRADEJAS, A.; HOLMES, T.; HOLT-GIMÉNEZ, E.; ROBBINS, M. J. Food Sovereignty: Convergence and Contradictions, Conditions and Challenges. **Third World Quarterly**, v. 36, n. 3, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01436597.2015.1023567?src=recsys>. Acesso em: 12 abril 2020;
- BORRAS, S. Jr.; EDELMAN, M.; WEIS, T.; BAVISKAR, A. ; HOLT-GIMÉNEZ, E.; KANDIYOTI, D.; WOLFORD, W. Introduction: Critical Perspectives on Food Sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2014.963568?src=recsys>. Acesso em. 12 abril 2020.
- BURNETT, K.; MURPHY, S. What Place for International Trade in Food Sovereignty? **Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 1065-1084, 2014.
- BURROUGH, B.; HELYAR, J. 1990. **Barbarians at the Gate: The Fall of RJR Nabisco**. Nova York: Harper & Row, 1990.
- CLAEYS, P.; EDELMAN, M. The United Nations Declaration on the Rights of Peasants and Other People Working in Rural Areas. **Journal of Peasant Studies**, v. 47, n. 1, p. 1-68, 2020. doi:10.1080/03066150.2019.1672665.
- CLAPP, J. Financialization, Distance and Global Food Politics. **Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 5, p. 797-814, 2014.
- CLAPP, J. The Rise of Financial Investment and Common Ownership in Global Agrifood Firms. **Review of International Political Economy**, v. 26, n. 4, p. 604-629, 2019. Disponível em: doi:10.1080/09692290.2019.1597755. Acesso em: 20 abril 2020.
- CLAPP, J.; ISAKSON, S. R. Risky Returns: The Implications of Financialization in the Food System. **Development and Change**, v. 49, n. 2 (Forum 2018)), p. 437-460, 2018.
- CLARKE, Th. **International Corporate Governance: A Comparative Approach**. Londres: Routledge, 2007. (especialmente O Estudo de Caso 5: Parmalat, p. 374-387).
- CLIFFE, L.; ALEXANDER, J.; COUSINS, B.; GAIDZANWA, R. An Overview of Fast Track Land Reform in Zimbabwe: Editorial Introduction. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 5, p. 907-938, 2011.
- COHEN, M. J.; SMALE, L. **Global Food-Price Shocks and Poor People** (Development in Practice Books). Oxon: Routledge, 2012.
- CORRADO, A.; DE CASTRO, C.; PERROTTA, D. **Migration and Agriculture, Mobility and Change in the Mediterranean Area**. Nova York: Routledge, 2017.
- CROSBY, A. W. **America's Forgotten Pandemic: The Influenza of 1918**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- DESMARAIS, A. A. **La Via Campesina: Globalization and the Power of Peasants**. Londres: Pluto Press, 2007.
- DIRKSEN, H.; KLEVER, M.; VAN BROEKHUIZEN, R.; VAN DER PLOEG, J. D.; OOSTINDIE, H. **Bouwen aan een Betere Balans: Een Analyse van Bedrijfsstijlen in de Melkveehouderij**. Wageningen: WUR/DSM, 2013.
- EDELMAN, M.; BORRAS, S. M. **Political Dynamics of Transnational Agrarian Movements**. Halifax: Fernwood Publishers, 2016.
- EDELMAN, M.; SELIGSON, M. A. Land Inequality: A Comparison of Census Data and Property Records in Twentieth Century Southern Costa Rica. **The Hispanic American Historical Review**, v. 74, n.3, p. 445-491, 1994.
- EPSTEIN, G. A. Introduction: Financialization and the World Economy. In: \_\_\_\_\_ **Financialization and the World Economy**, Cheltenham, MA: Edward Elgar Publishing, 2005. p. 3-16.

- EUROPEAN COMMISSION. **Monitoring Agritrade Policy**, MAP 2019-1. Disponível em: [ec.europa.eu/info/sites/info/files/food-farming-fisheries/news/documents/agri-food-trade-2018\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/info/sites/info/files/food-farming-fisheries/news/documents/agri-food-trade-2018_en.pdf). Acesso em: 15 abril 2020.
- FAIRBAIRN, M. Like Gold with Yield’: Evolving Intersections Between Farmland and Finance. **Journal of Peasant Studies**, v. 41, n.5, p. 777-795, 2014.
- FAO. **Urban Food Systems and COVID-19: The Role of Cities and Local Governments in Responding to the Emergency**. Roma: FAO, 2020.
- FRANZINI, G. **Il Crac Parmalat, Storia del Crollo Dell’Impero del Latte**. Roma: Editore Riuniti, 2004.
- GARRETT, T.A. **Economic Effects of the 1918 Influenza Pandemic**. Saint Louis: Federal Reserve, 2007.
- BANK OF ST. LOUIS, 2007. Disponível em: [www.stlouisfed.org/community/other\\_pubs.html](http://www.stlouisfed.org/community/other_pubs.html). Acesso em: 20 de abril 2020.
- GIUDICI, A. **Grandi Aziende in Crisi: il Caso Parmalat**. 2006. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Universidade de Pisa, Pisa.
- GLOBO RURAL. Anuário do Agronegócio: As 500 Maiores do Agronegócio. **Globo Rural**, v. 5, p. 32-55, 2009.
- HENDERSON, Th. P. State-peasant Movement Relations and the Politics of Food Sovereignty in Mexico and Ecuador. **Journal of Peasant Studies**, v. 44, n. 1, p. 33-55, 2017.
- HOLT-GIMÉNEZ, E. Measuring Farms Agroecological Resistance to Hurricane Mitch. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, v. 93, p. 87-105, dez. 2002.
- HOLT-GIMÉNEZ, E.; PATEL, R. **Food Rebellions! Crisis and the Hunger for Justice**. Oakland, CA: Food First Books, 2009.
- HOWARD P. H. **Concentration and Power in the Food System: Who Controls What we eat**. Nova York: Bloomsbury Academic, 2016.
- IFAD. **Rural Poverty Report 2011 - New Realities, New Challenges: New Opportunities for Tomorrow’s Generation**. Rome: IFAD, 2010.
- IPES-FOOD. **Covid-19 and the Crisis in Food Systems: Symptoms, Causes and Potential Solutions** (comunicado de abril 2020). 2020. Disponível em: <http://www.ipes-food.org/pages/covid19>.
- ISAKSON, S. R. Food and Finance: The Financial Transformation of Agro-Food Supply Chains. **Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 5, p. 749-775, 2014.
- JIN, L. **The Shock of Earthquake and Rural Households’ Behavioral Adjustments: Evidence From the 2008 Sichuan Earthquake**. Postdoc Research Report. 2014. Relatório de atividades de Pós-Doutorado - Chinese Academy of Agricultural Sciences, Beijing.
- KRUGMAN, P. **End This Depression now**. Londres: W.W. Norton & Company, Inc, 2013.
- LANGTHALER, E. Balancing Between Autonomy and Dependence: Family Farming and Agrarian Change in Lower Austria, 1945-1980. **Contemporary Austrian Studies**, v. 21 (edição especial Austrian Lives), p. 385-404, 2012.
- LUCAS, V.; GASSELIN, P.; THOMAS, F.; VAQUIÉ, P.-F. et al. Coopération Agricole de Production: Quand L’activité Agricole se Distribue Entre Exploitation et Action Collective de Proximité. In: GASSELIN, P. (Ed.). **L’agriculture en Famille**. Les Ulis: EDP Sciences, 2014. p. 201-222.
- MASSON, D.; PAULOS, A.; BEAULIEU BASTIEN, E. Struggling for Food Sovereignty in the World March of Women. **Journal of Peasant Studies**, v. 44, n. 1, p. 56-77, 2017.
- MCKAY, B.; NEHRING, R.; WALSH-DILLEY, M. The ‘State’ of Food Sovereignty in Latin America: Political Projects and Alternative Pathways in Venezuela, Ecuador and Bolivia. **Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 117-1200, 2014.

- McMICHAEL, P. Historicizing Food Sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 933-957, 2014.
- MINKOFF-ZERN, L.-A. Race Immigration and the Agrarian Question: Farmworkers Becoming Farmers in the United States. **Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 2, p. 389-408, 2018.
- MOONEY, P. **Too Big to Feed**: Exploring the Impacts of Mega-Mergers, Consolidation and Concentration of Power in the Agri-Food Sector. Geneva: iPES, 2017.
- MOREL, K.; SAN CRISTOBAL, M.; LÉGER, F. Simulating Incomes of Radical Organic Farms with MERLIN: A Grounded Modeling Approach for French Microfarms. **Agricultural Systems**, v. 161, p. 89-101, 2018.
- NYÉLÉNI DECLARATION ON FOOD SOVEREIGNTY, 27 February 2007. Nyéléni Village, Sélingué, Mali, 2009. Disponível em : <https://www.nyeleni.org/spip.php?article290>.
- OOSTINDIE, H.; PLOEG, J. D. van der; VAN BROEKHUIZEN, R. **Buercapaciteit**: Bedrijfsstijlen in de Melkveehouderij, Volatile Markten en Kengetallen. Wageningen: WUR, 2013.
- PAHNKE, A. Institutionalizing Economies of Opposition: Explaining and Evaluating the Success of the MST's Cooperatives and Agroecological Repeasantization. **Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 6, p. 1087-1107, 2015.
- PATEL, R.; GOODMAN, J. The Long New Deal. **Journal of Peasant Studies**, v. 47, n. 3, p. 431-463, 2020. doi:10.1080/03066150.2020.1741551.
- PIKETTY, T. **Capital in the Twenty-First Century**. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.
- PLOEG, J. D. van der. The Peasants of the Twenty-First Century: The Commoditization Debate Revisited. **Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 1, p. 1-30, 2010.
- PLOEG, J. D. van der. **The New Peasantries**: Rural Development in Times of Globalization. 2 ed. Londres: Routledge, 2018.
- PLOEG, J. D. van der. Imperios Alimentarios, Soberanía Alimentaria y Luchas Sociales. **ReLaEr** (Revista Latinoamericana de Estudios Rurales), v. 4, n. 7, p. 165-187, 2019a. (Dossier Ruralidades en América Latina: Convergencias, disputas y alternativas en el siglo XXI).
- PLOEG, J. D. van der; BARJOLLE, D; BRUILL, J. et al. The Economic Potential of Agroecology: Empirical Evidence From Europe. **Journal of Rural Studies**, 2019b. doi:19.09.003.
- PLOEG, J. D. van der; BENVENUTI, B.; BUSSI, E.; LOSI, G.; PIAGNAGNOLI, C.; DE ROEST, C. **Latte Vivo**: Il Lungo Viaggio del Latte dai Campi Alla Tavola – Prospettive Dopo il Parmacrack. Diabasis: Reggio Emilia, 2004.
- PLOEG, J. D. van der; MIEDEMA, S.; ROEP, D.; VAN BROEKHUIZEN, R.; DE BRUIN, R. **Boer Bliuwe, Blinder... !** Bedrijfsstijlen, ondernemerschap en toekomstperspectieven, AVM/CCLB, Vakgroep Agrarische ontwikkelingsociologie, Landbouw Universiteit Wageningen, Wageningen/Leuwarden, 1992.
- PLOEG, J. D. van der; YE, J.; SCHNEIDER, S. Rural Development Through the Construction of new, Nested Markets: Comparative Perspectives From China, Brazil and the European Union. **Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 1, p. 133-174, 2012.
- POLLAN, M. **In Defence of Food**, An Eater's Manifesto. Nova York: Penguin Press, 2008.
- POSNER, R. A. **A Failure of Capitalism**, the Crisis of '08 and the Descent Into Depression. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- RABOBANK GROUP. **Winning Through the Supply Chain**: From Chasing Price to Adding Value in the F&A Sector. Utrecht: Economic Research Department, Rabobank, 2013.
- ROBERTS, P. **The End of Food**: The Coming Crisis in the World of Food Industry. Londres: Bloomsbury, 2009.
- ROSSET, P.; ALTIERI, M. A. **Agroecology**: Science and Politics. Vancouver: Fernwood Publisher, 2017.
- RUSSI, L. **Hungry Capital**: The Financialization of Food. Alresford: Zero Books, John Hunt Publishing, 2013.

- SACCOMANDI, V. **Agricultural Market Economics: A neo-Institutional Analysis of the Exchange, Circulation and Distribution of Agricultural Products.** Assen: Royal van Gorcum, 1998.
- SCHERMER, M. From 'Additive' to 'Multiplicative' Patterns of Growth. **International Journal of the Society of Agriculture and Food**, v. 24, n. 1, p. 57-76, 2017.
- SCHIAVONI, C. M. The Contested Terrain of Food Sovereignty Construction: Toward a Historical, Relational and Interactive Approach. **Journal of Peasant Studies**, v. 44, n. 1, p. 1-32, 2017.
- SHATTUCK, A.; SCHIAVONI, C.; VAN GELDER, ZOE. **The Politics of Food Sovereignty: Concept, Practice and Social Movements.** Nova York: Routledge, 2017.
- SMIT, J. **Het Grote Gevecht & het Eenzame Gelijk van Paul Polman.** Amsterdã: Prometheus, 2019.
- STIGLITZ, J. E. **Freefall: America, Free Markets and the Sinking of the World Economy.** Nova York: W.W. Norton & Company, 2010.
- STOLL, D. From Wage Migration to Debt Migration? Easy Credit, Failure in El Norte and Foreclosure in a Bubble Economy of the Western Guatemalan Highlands. **Latin American Perspectives**, v. 37, n. 1, p. 123-142, 2010.
- TAYLOR, M. Freedom From Poverty is not for Free: Rural Development and the Microfinance Crisis in Andhra Pradesh, India. **Journal of Agrarian Change**, v. 11, n. 4, p. 484-504, 2011.
- TRAUGER, A. Toward a Political Geography of Food Sovereignty: Transforming Territory, Exchange and Power in the Liberal Sovereign State. **Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 1131-1152, 2014.
- VENTURA, F. Styles of Cattle Breeding and Resource use Efficiency in Umbria. In: PLOEG, J. D. van der; DIJK, G. van (Ed.). **Beyond Modernization: The Impact of Endogenous Rural Development**, p. 219-232. Assen: Royal van Gorcum. 1995.
- WEIS, T. **The Ecological Hoofprint: The Global Burden of Industrial Livestock.** Londres/Nova York: Zed Books Ltd, 2013.
- WEN, T. 2020. "Coronavirus (COVID-19) Pandemic Frozen out of the Rural China: The Origins of the Transformation of Ecological Civilization Strategy" (<http://www.bjnews.com.cn/feature/2020/05/29/732820.html>).
- WILKINSON, J. La Pequeña Producción y su Relación con los Sistemas de Distribución. In: BELIK, W. (Ed.). **Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición en América Latina.** São Paulo: Editora Hucitec, 2004. p. 91-121.
- WU, H.; DING, B.; YE, J. The Construction of new Nested Markets and Rural Development in China. In: **Rural Development and the Construction of new Markets**, HEBINK, P.; PLOEG, J. D. van der; SCHNEIDER, S. (Ed.). Londres: Routledge, 2015. p. 99-114.
- YE, J.; PLOEG, J. D. van der; SCHNEIDER, S.; SHANIN, T. The Incursions of Extractivism: Moving From Dispersed Places to Global Capitalism. **Journal of Peasant Studies**, 2019. <https://doi.org/10.1080/03066150.2018.1559834>.

**Jan Douwe van der Ploeg**

Professor emérito de Sociologia Rural da Universidade de Wageningen, Holanda. Atualmente é Professor Adjunto na Faculdade de Humanidades e Desenvolvimento da Universidade Agrícola da China, Pequim.

Contato: Jan Douwe van der Ploeg [JanDouwe.vanderPloeg@wur.nl](mailto:JanDouwe.vanderPloeg@wur.nl)

Artigo originalmente publicado no *Journal of Peasants Studies*.

A AS-PTA agradece a gentil cessão de direitos para a reprodução da tradução do artigo.

Dados suplementares do artigo podem ser acessados em <https://doi.org/10.1080/03066150.2020.1794843>

## Agradecimentos

Agradeço o apoio, as contribuições e as críticas construtivas de Sabine de Rooij, Paul Nicholson, Nico Verhagen, Ye Jingzhong, Sjef Gussenhoven, Flaminia Ventura, Pierluigi Milone, Rudolf van Broekhuizen e Eppo Bolhuis. Agradeço a Marilyn Minderhoud e Nick Parrott por corrigir e aprimorar a linguagem usada. Agradeço também aos 4 revisores anônimos por seus comentários e críticas úteis e inspiradoras.

A HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO é um dos principais fatores de constrangimento da criatividade política no Brasil. Reproduzida pelos principais próceres do conservadorismo político, a narrativa do “agro” que se pretende “pop” e se arroga a ser “tudo” acaba por limitar os horizontes de percepção coletiva sobre as amplas potencialidades a serem destravadas na sociedade brasileira para a superação da crise multifacetada (social, econômica, ecológica, climática, sanitária, cultural e política) que se aprofunda e se alastra junto com as monoculturas e a alimentação ultraprocessada. Diante desse cenário, é desafio de primeira ordem buscar nas práticas sociais contra-hegemônicas novas ideias e ideais inspiradores de uma ação coletiva efetivamente transformadora. A multidiversa agricultura familiar camponesa, renovada e ressignificada pelas práticas e valores postulados pelo movimento agroecológico, é um desses fenômenos sociais emergentes ativadores da imaginação política. A série **CADERNOS DE DEBATE**, ora publicada em parceria com o site **Outras Palavras**, é uma contribuição da **AS-PTA** ao adensamento do pensamento crítico e do debate democrático orientados para promover rupturas com a governança neoliberal dos sistemas agroalimentares.

OUTRAS PALAVRAS

 **AS·PTA**  
agricultura familiar e agroecologia

Apoio:

**Brot**  
für die Welt